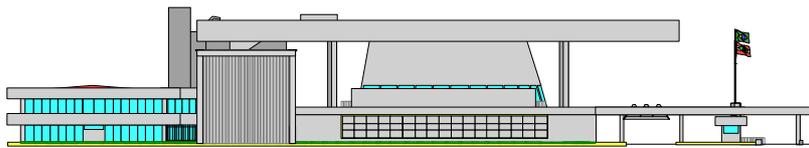


PALÁCIO BARRIGA-VERDE



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

ANO XLVIII

FLORIANÓPOLIS, 16 DE MARÇO DE 1999

NÚMERO 4.607

14ª Legislatura
1ª Sessão Legislativa

MESA DIRETORA

Gilmar Knaesel
PRESIDENTE

Heitor Sché
1º VICE-PRESIDENTE

Pedro Uczai
2º VICE-PRESIDENTE

Lício Silveira
1º SECRETÁRIO

Romildo Titon
2º SECRETÁRIO

Afonso Spaniol
3º SECRETÁRIO

Adelor Vieira
4º SECRETÁRIO

LIDERANÇA DO GOVERNO

Paulo Bornhausen

PARTIDOS POLÍTICOS (Lideranças)

PARTIDO PROGRESSISTA BRASILEIRO

Líder: Ivan Ranzolin

PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO

Líder: Herneus de Nadal

PARTIDO DA FRENTE LIBERAL

Líder: Wilson Wan-Dall

PARTIDO DOS TRABALHADORES

Líder: Francisco de Assis

PARTIDO DA SOCIAL DEMOCRACIA BRASILEIRA

Líder: Jorginho Mello

PARTIDO DEMOCRÁTICO TRABALHISTA

Líder: Jaime Mantelli

PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO

Líder: Sandro Tarzan

COMISSÕES PERMANENTES

CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO DE LEIS

Onofre Santo Agostini
Reno Caramori
Jaime Mantelli
Nilson Gonçalves
Jorginho Mello
Herneus de Nadal
Rogério Mendonça
Ivan Ranzolin
Francisco de Assis Nunes

FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

João Rosa
Ivo Konell
Sandro Tarzan
Wilson Wan-Dall
Paulo Bornhausen
Ronaldo Benedet
Joares Ponticelli
Valmir Comin
Volnei Morastoni

AGRICULTURA, COOPERATIVISMO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ECONOMIA

Gelson Sorgato
Neodi Saretta
Jaime Mantelli
Onofre Agostini
Moacir Sopelsa
Nelson Goetten de Lima
Milton Sander

DIREITOS HUMANOS E DEFESA DO CONSUMIDOR

Ronaldo Benedet
Nilson Gonçalves
Onofre Santo Agostini
João Rosa
Narcizo Parisotto
Odete do Nascimento
Neodi Saretta

TRANSPORTES, DESENVOLVIMENTO URBANO E RURAL E TURISMO

Ciro Rosa
Manoel Mota
Altair Guidi
João Itamar da Silveira
Moacir Sopelsa
Valmir Comin
Francisco de Assis Nunes

EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

Joares Ponticelli
Ideli Salvatti
Paulo Bornhausen
Cesar Souza
João Itamar da Silveira
Manoel Mota
Milton Sander

SAÚDE E MEIO AMBIENTE

Volnei Morastoni
Sandro Tarzan
Clésio Salvaro
Ivo Konell
Ronaldo Benedet
Odete do Nascimento
Joares Ponticelli

TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E DE SERVIÇO PÚBLICO

Reno Caramori
Ideli Salvatti
Clésio Salvaro
Rogério Mendonça
Luiz Roberto Herbst
Wilson Wan-Dall
Nelson Goetten de Lima

FISCALIZAÇÃO, CONTROLE E EFICÁCIA LEGISLATIVA

Jaime Mantelli
Valmir Comin
Clésio Salvaro
Narciso Parizotto
Gelson Sorgato
Altair Guidi
Ideli Salvatti

**DEPARTAMENTO
PARLAMENTAR****Divisão de Anais:**

responsável pela digitação e/ou
revisão dos Atos da Mesa Diretora e
Publicações Diversas, diagramação,
editoração eletrônica, montagem e
distribuição.

Diretor: Eder de Quadra Salgado

Divisão de Taquigrafia:

responsável pela digitação e revisão
das Atas das Sessões.

Diretora: Denise Videira Silva

Divisão de Divulgação e**Serviços Gráficos:**

responsável pela impressão.

Diretor: Vanoir Guarezi Zacaron

**DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA
EXPEDIENTE**

Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina
Palácio Barriga-Verde - Centro Cívico Tancredo Neves
Rua Jorge Luiz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC
CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 221-2500
Internet: www.alesc.sc.gov.br

IMPRESSÃO PRÓPRIA
ANO VIII - **NÚMERO 1001**
1ª EDIÇÃO - 110 EXEMPLARES
EDIÇÃO DE HOJE: 16 PÁGINAS

ÍNDICE**Plenário**

Ata da 011ª Sessão Ordinária
realizada em 09/03/1999..... 2

Atos da Mesa Diretora

Resoluções 12

Publicações Diversas

Ata da Procuradoria 14

Extrato 15

Mensagem Governamental 15

Ofícios 15

Portarias 15

Projetos de Lei 16

PLENÁRIO**ATA DA 011ª SESSÃO ORDINÁRIA****1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 14ª LEGISLATURA****EM 09 DE MARÇO DE 1999****PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GILMAR KNAESEL**

As quatorze horas, achavam-se presentes os seguintes Srs. Deputados: Adelor Vieira - Afonso Spaniol - Altair Guidi - Cesar Souza - Ciro Roza - Clésio Salvaro - Francisco de Assis - Gelson Sorgato - Gilmar Knaesel - Heitor Sché - Herneus de Nadal - Ideli Salvatti - Ivan Ranzolin - Ivo Konell - Jaime Mantelli - João Rosa - João Itamar - Joares Ponticelli - Jorginho Mello - Lício Silveira - Luiz Herbst - Manoel Mota - Milton Sander - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Nelson Goetten - Nilson Gonçalves - Onofre Santo Agostini - Paulo Bornhausen - Pedro Uczai - Reno Caramori - Rogério Mendonça - Romildo Titon - Ronaldo Benedet - Sandro Tarzan - Valmir Comin - Volnei Morastoni - Wilson Wan-Dall.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Knaesel) - Havendo *quorum* regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao Sr. Primeiro Secretário, Deputado Lício Silveira, que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito ao Sr. Primeiro Secretário, Deputado Lício Silveira, que proceda à leitura do expediente.

O SR. PRIMEIRO SECRETÁRIO (Deputado Lício Silveira) - O expediente consta

do seguinte, Sr. Presidente:

MENSAGENS DO SR. GOVERNADOR DO ESTADO N.ºS:

027, encaminhando Projeto de Lei que cria o Conselho Estadual dos Direitos da Mulher - Cedim, e estabelece outras providências;
028, encaminhando projeto de lei que dispõe sobre a organização e funcionamento do Conselho do Governo;

029, encaminhando projeto de lei que dispõe sobre a permanência e ingresso de cães-guia nos locais que especifica e estabelece outras providências;

030, encaminhando projeto de lei que autoriza a aquisição de imóvel no Município de Florianópolis;

031, encaminhando projeto de lei que autoriza a aquisição de imóveis no Município de Blumenau;

032, encaminhando projeto de emenda constitucional que dá nova redação ao art. 170 da Constituição do Estado e acrescenta artigo ao Ato das Disposições Transitórias.

PROJETOS DE LEI:

- de autoria do Sr. Deputado Romildo Titon, que declara de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Monte Carlo - Apae, com sede e foro na cidade e

Comarca de Monte Carlo;

- de autoria do Sr. Deputado Pedro Uczai, que dispõe sobre as formas de apoio à manutenção e desenvolvimento do ensino superior, previstas no art. 171, da Constituição do Estado;

- de autoria do Sr. Deputado Pedro Uczai, que dá nova redação ao art. 16 da Lei nº 10.885, de 10 de agosto de 1998.

PROJETO DE EMENDA CONSTITUCIONAL:

- de autoria do Sr. Deputado Pedro Uczai, que dá nova redação ao art. 170, da Constituição do Estado.

OFÍCIOS N.ºS:

048/99, do Sr. Relator do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, encaminhando cópia do acórdão de Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 96.003354-8, de São Lourenço do Oeste, em que é requerente o Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste.

0170/99, do Sr. Presidente do Ipesc, acusando o recebimento do Ofício nº DP/15/99, no qual encaminha cópia da Indicação nº 008/99;

101/99, do Sr. Deputado Wilson Wan-Dall, comunicando que a Bancada do Partido da Frente Liberal - PFL, decidiu em reunião propor a alte-

ração nas indicações feitas para as Comissões de Educação e de Agricultura; 028/99, do Sr. Deputado Ivan Ranzolin, comunicando que o Sr. Deputado Altair Guidi substituirá na Comissão de Direitos Humanos e Defesa do Consumidor a Sra. Deputada Odete do Nascimento, membro titular da mesma; 029/98, do Sr. Deputado Ivan Ranzolin, comunicando que o Sr. Deputado Altair Guidi substituirá na Comissão de Saúde e Meio Ambiente a Sra. Deputada Odete do Nascimento, membro titular da mesma.

Era o que constava do expediente, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Heitor Sché) - Terminada a leitura do expediente, passaremos às Breves Comunicações.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, Deputado Lício Silveira, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO LÍCIO SILVEIRA - Sr. Presidente e Srs. Deputados, vamos falar, se o tempo permitir, sobre dois assuntos.

Dias atrás, tomamos ciência de uma nota oficial da Associação Catarinense de Medicina e de outras entidades com relação ao pagamento das dívidas do Ipsc e também com relação aos problemas que estão ocorrendo na cidade de Joinville no que diz respeito à saúde.

Entre em contato, com relação ao primeiro assunto, com o Sr. Presidente do Ipsc, para saber da situação do pagamento do Ipsc com referência à prestação de serviços, assunto muito discutido no ano passado, principalmente pelo Deputado Volnei Morastoni, que era o Presidente, na ocasião, da Comissão de Saúde e Meio Ambiente.

Nós fizemos diversas reuniões e muitas vezes aqueles assuntos foram postergados, deixados de lado, haja vista que não tínhamos uma resposta efetiva do Governador.

Assim sendo, consultei oficialmente o Presidente do Ipsc, Sr. Eloy José Ranzi, sobre a dívida que este Governo, o nosso Governo, está devendo para o Ipsc com relação à prestação de serviços a diversas empresas que atuam na área da Saúde.

A resposta foi a seguinte:

(Passa a ler)

"Sr. Deputado,

Cumprimentando-o, tomamos a liberdade de prestar-lhe informações acerca do Ipsc que achamos oportunas.

Quando assumimos o Instituto, em 05.01.99, deparamo-nos com uma dívida contábil de restos a pagar no valor de R\$59.064.059,27 empenhados e mais R\$7.155.653,05 não empenhados, somando um valor total de R\$66.219.712,32."

Notem bem, Srs. Deputados, R\$59.064.059,27 empenhados!

(Continua lendo)

"Só com a assistência médica são R\$25.744.144,36 empenhados, mais os R\$7.155.653,05 não empenhados, referentes aos meses de junho/98 a 31 de dezembro de 1998.

Em data de 19.01.99 a 11.02.99 - registro anexo - estivemos reunidos com dirigentes de entidades ligadas à assistência médica. Em ambas as ocasiões este Instituto informou e anunciou que as entidades presentes eram as seguintes:

Dr. Remaclo Fischer Júnior - Presidente da ACM (Associação Catarinense de Medicina);

Sr. Canísio Isidoro Winkelmann - Ahesc (Associação dos Hospitais de Santa Catarina);

Sr. Braz Vieira - Fehoesc (Federação

dos Hospitais e Estabelecimentos de Serviços de Saúde de Santa Catarina);

Dr. Geraldo Swiech - Simesc (Sindicato dos Médicos do Estado de Santa Catarina);

Dr. Ari Rocha - Simesc (Sindicato dos Médicos do Estado de Santa Catarina);

Dr. Newton Motta - Cremesc (Conselho Regional de Medicina do Estado de Santa Catarina."

Isto foi em 19/01/99.

E no dia 11 de fevereiro de 1999, em outra reunião, estavam presentes:

(Continua lendo)

"Dr. Remaclo Fischer Júnior - ACM (Associação Catarinense de Medicina);

Dr. Maurício Buendgens - Asesc (Associação dos Estabelecimentos de Saúde do Estado de Santa Catarina);

Sr. Canísio Isidoro Winkelmann - Ahesc (Associação dos Hospitais do Estado de Santa Catarina);

Dr. Ari Rocha - Simesc (Sindicato dos Médicos do Estado de Santa Catarina);

Dr. Roger - Asesc (Associação dos Estabelecimentos de Saúde do Estado de Santa Catarina.

Em ambas as ocasiões este Instituto, o Ipsc, informou e anunciou que:

1 - Os atrasados devidos com a assistência médica de 1998 seriam pagos obedecendo ao fluxo de caixa e de conformidade com cronograma do Governo, sem precisar data e após exame minucioso dos valores empenhados;

2 - Os procedimentos médicos realizados durante o mês de janeiro de 1999 e encaminhados ao Ipsc até 20/02/99 seriam pagos até 15/03/99, tendo em vista a necessidade de revisão técnica e administrativa das contas apresentadas. As despesas do mês de fevereiro de 1999 nós pagaríamos até 15/04/99, assim, sucessivamente, durante os meses subsequentes.

Esclarecemos, Sr. Deputado, que em 15/03/99, conforme compromisso assumido, estaremos efetuando o pagamento referente ao mês de janeiro de 1999.

Percebemos que após estas informações houve uma retomada de atendimentos em muitas regiões do Estado."

Esse valor que o Ipsc tem empenhado (empenhado e não pago) realmente é um absurdo, Deputado Valmir Comin, porque são R\$66.219.712,32 de serviços, dos quais R\$25.744.144,36 empenhados, mais R\$7.155.653,05 referentes aos meses de junho a 31 de dezembro de 1998, relativo à assistência médica.

Então, esta é uma dívida extremamente grande que o Ipsc tem, mas extremamente grande mesmo, que deverá ser equacionada para que este atrasado seja pago, porque os serviços foram efetivamente feitos.

Eu fiquei preocupado, por isso, inclusive, estou trazendo a Plenário, a fim de que V.Exas. tenham conhecimento de que o Governo, através do Ipsc, recebeu esta conta de 66 milhões atrasados - e já está providenciando -, embora com oito a dez dias de atraso, o pagamento da primeira parcela referente aos serviços prestados em janeiro.

Não é o ideal, mas existem coisas que não podem ser resolvidas da noite para o dia. E isto é uma satisfação que o Ipsc está dando para esta Casa, no sentido de que esses serviços, que foram paralisados no ano passado, por inúmeras e inúmeras vezes, trazendo sérios prejuízos aos usuários, bem como às empresas prestadoras de serviços, tenham uma seqüência mais adequada, embora haja o resquício de R\$ 66.000.000,00 a pagar, sendo que para se equacionar o problema com recursos do Ipsc é muito difícil mesmo.

Mas fica registrado, Sr. Presidente e Srs. Deputados, este ofício do Gabinete da Presidência do Ipsc com relação às dívidas e, em especial, às dívidas com as prestadoras de serviços que dão atendimento aos funcionários públicos do nosso Estado de Santa Catarina.

Eram essas as nossas considerações, prometendo trazer para amanhã outro grave problema que está ocorrendo aqui na Grande Florianópolis com relação ao abastecimento de água; com referência aos problemas dos filtros que estão avariados na estação de tratamento de água; mas, principalmente, com referência à turbidez da água, pois o índice de turbidez da nossa água, hoje, é o mais alto registrado na história da Casan; com relação ao manancial que vem do Rio Cubatão pelo problema do desmatamento e da construção dos gasodutos pela SC-GAS, de Santa Catarina.

É um problema gravíssimo que nós estamos tendo aqui, trazendo prejuízos sérios aos empresários, tanto do ramo de turismo como de prestadores de serviços, como hotéis, hospitais, lavação de carros, empresas que vivem desse tipo de serviço do dia-a-dia. Essas empresas estão tendo sérios problemas, por vários aspectos que estamos vivenciando, como jamais visto aqui na região da Grande Florianópolis.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Heitor Sché) - Com a palavra o próximo orador inscrito, Deputado Pedro Uczai, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Sr. Presidente e Srs. Deputados, assomo esta tribuna para dar continuidade ao debate que iniciamos na semana passada. Uma das prioridades do nosso mandato é a luta na área educacional, não só no ensino fundamental e médio, com a construção do Sistema Estadual de Educação, mas também, e de modo particular, no ensino superior.

Na condição de professor universitário, desenvolvemos várias lutas para conquistar alguns direitos do ponto de vista legal, e com isso garantir o acesso dos nossos jovens à universidade.

Recordo-me aqui que na época da elaboração da Constituição do Estado de Santa Catarina, em 1989, estive presente nesta Casa representando a minha instituição universitária, para debater, discutir e construir o art. 170, o histórico art. 170, que possibilita repassar 5% dos recursos destinados à Educação para o ensino superior.

Tivemos aquela vitória, mas, infelizmente, todos os Governos posteriores à promulgação da Constituição não cumpriram a lei na integralidade. Por isso que este artigo foi

sempre debatido aqui nesta Casa, principalmente nos últimos dois anos, com campanhas e abaixo-assinados, com audiências públicas, com pressão ao Governo anterior, para viabilizar e implementar esse artigo. Infelizmente, não tivemos sucesso em todas aquelas lutas.

Este ano retomamos novamente esta luta, realizando reuniões com todos os diretórios de estudantes, como a União Catarinense dos Estudantes, e tive a oportunidade de conversar com o Presidente da Acafe, com o Reitor e com os dirigentes da minha universidade, do Campus de Chapecó, construindo uma proposta de regulamentação deste art. 170.

Na semana passada já anunciei aqui, desta tribuna, qual era a minha posição em relação à regulamentação dos recursos provenientes do art. 170. E aquela posição transformou-se numa proposta formal, apresentada aqui nesta Casa, que prevê 80% dos recursos destinados deste artigo para bolsa de estudo, ou seja, para os estudantes das universidades. E 20% dos recursos seriam destinados não para a instituição construir obras, construir prédios, mas para o professor desenvolver pesquisa, ciência e tecnologia, para qualificar nossas universidades, nossos campus com pesquisas, com ciência, com tecnologia, com produção e conhecimento, para construir um novo modelo de desenvolvimento social e econômico no Estado de Santa Catarina.

Então, essa proposta para ser viabilizada precisa concretamente tomar dois encaminhamentos, uma mudança na própria emenda constitucional, prevendo essa distribuição dos recursos. Por isso apresentamos uma emenda constitucional prevendo 80% e 20% para as universidades de origem municipal.

Gostaria de deixar claro, Srs. Deputados, que esse artigo foi construído a partir das multas do sistema Acafe que tiveram origem municipal, origem pública. E que esses recursos públicos não sejam destinados para as universidades particulares e sim para as universidades fundacionais, como, por exemplo, para a Udesc, para a Univali, para a Univille, para a Furb, para a Unoesc, para a UNC e para as demais universidades que compõem o sistema Acafe.

São para essas fundações que devem ser destinados os recursos do art. 170, como a LDB prevê, e não para o ensino superior de modo geral, para os donos de cursinhos que vão abrir faculdade, para donos privados dessas instituições superiores.

O art. 170 foi uma conquista histórica para as instituições de origem municipal. E essa posição tem que ser defendida por todos os Parlamentares aqui, sem generalizar que esses recursos sejam destinados para o ensino superior, de modo geral, porque senão qualquer um vai abrir faculdade particular e vai pegar dinheiro público do Estado de Santa Catarina para bolsas de estudo e vai ser uma forma indireta para sustentar renda, lucro, a partir do ensino superior.

Essa posição tem que ficar clara para todos os Deputados!

E para viabilizar a regulamentação desse artigo, é necessário, neste ano de 1999, que seja alterada a LDO, a Lei de Diretrizes Orçamentárias, que prevê 60% somente para bolsa de estudo. E nós estamos propondo, então, através de um projeto de lei, a alteração da LDO, propondo 80% para bolsa de estudo aos estudantes de Santa Catarina que frequentam as fundações do sistema Acafe, e 20% para pesquisa, para investigação, pois muitas das nossas faculdades têm dificuldade de qualificar melhor o corpo docente porque não têm recursos para, além das mensalidades, produzirem investigação, produzirem conhecimento, produzirem ciência e tecnologia.

Então, precisamos alterar tanto a Constituição quanto a LDO, para viabilizarmos ainda este ano esses recursos às nossas fundações catarinenses.

O Sr. Deputado Wilson Wan-Dall - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Pois não!

O Sr. Deputado Wilson Wan-Dall - Deputado Pedro Uczai, estava ouvindo V.Exa. falar sobre o art. 170, e eu quero dizer que fui um dos Autores da mudança da LDO no ano passado para que as universidades aplicassem, no mínimo, 60% para bolsa de estudo.

O que acontecia no passado? As universidades brigavam por bolsa de estudo, usavam os alunos e na hora em que os recursos eram recebidos eles aplicavam, no máximo, 20% para bolsa de estudo.

Então, nós mudamos isso através da LDO do ano passado e agora o Sr. Governador fez uma proposta, inclusive, em uma visita à Universidade Regional de Blumenau, onde deixou bem clara a intenção de destinar 100% para bolsa de estudo.

Logicamente que a Casa vai debater este assunto, mas eu acho que a LDO deste ano já tem essa lei aprovada, e temos que ver a maneira que podemos conciliar as duas coisas para chegarmos num consenso, a fim de que o nosso aluno, o nosso estudante carente realmente receba bolsa de estudo e não fique apenas no discurso, como sempre ficou, porque a maioria dos recursos era aplicado em outros fins, como pesquisas, etc.

Mas eu acho que o dinheiro recebido do Governo do Estado, através do art. 170, realmente tem que auxiliar, pois o que tem de aluno deixando de estudar por falta de recursos é muito grande. Hoje, a inadimplência é enorme!

Eu acho que a Casa é madura demais para que possamos resolver no consenso este projeto tão importante que vai ajudar os nossos alunos carentes de Santa Catarina.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Recordo-me muito bem, Deputado, da sua defesa no ano passado na Comissão de Constituição e Justiça e também na Comissão de Finanças quando se discutia essa perspectiva de bolsa de estudo.

Mas outro projeto de lei que estamos reapresentando, com algumas modificações, refere-se à regulamentação do art. 171 da Constituição do Estado, que

também destina recursos para o ensino superior do Estado de Santa Catarina.

O art. 171 diz o seguinte:

(Passa a ler)

"Art. 171 - A lei disciplinará as formas de apoio à manutenção e ao desenvolvimento do ensino superior que as empresas privadas deverão prestar, sempre que se beneficiarem:

I - de programas estaduais de incentivos financeiros e fiscais;

II - de pesquisas e tecnologias por elas geradas com financiamento do Poder Público estadual".

Está na hora de nós, aqui, no Parlamento, podermos decidir no sentido de que uma parte em percentual de todos os incentivos fiscais e financeiros, que muitas vezes produzem a autofagia dos nossos Estados, sejam concedidos ao ensino superior, como prevê o art. 171 da Constituição do Estado de Santa Catarina.

Srs. Deputados, esperamos que desses recursos sejam destinados 30% para a Udesc, para interiorizar *campi* e cursos no interior de Santa Catarina, e não ficar somente em Lages, Joinville e Florianópolis. Então, que uma parte desses recursos seja destinada para a pesquisa e a outra parte para as universidades, para que destinem pelo menos 30% para bolsas de estudo.

Infelizmente, no ano passado faltaram três votos para conseguirmos aprovar esta lei. Agora, acredito que os Deputados desta Legislatura, na hora de votar, terão a sensibilidade de dizer que o ensino superior em Santa Catarina...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Wilson Wan-Dall - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Heitor Sché) - Com a palavra, pela ordem, o Deputado Wilson Wan-Dall.

O SR. DEPUTADO WILSON WAN-DALL - Sr. Presidente, gostaria de registrar a presença nesta Casa do Prefeito de Ilhota e dos Vereadores Pedro Malgou e João Roberto, como também do Secretário Municipal da Agricultura.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Heitor Sché) - A Presidência registra, com satisfação, a presença das pessoas citadas aqui neste Poder.

Com a palavra o Deputado Afonso Spaniol.

O SR. DEPUTADO AFONSO SPANIOLO - Sr. Presidente e Srs. Deputados, transcorridos quase três semanas deste nosso novo mandato, constituídas as Comissões, hoje finalmente começam a tramitar os projetos. Desejo sucesso aos Presidentes, aos membros das Comissões, porque elas constituem a alma do Parlamento catarinense.

Conhecendo praticamente todos os Deputados desta Legislatura, quero dizer que a impressão que tive é que temos aqui um Parlamento altamente qualificado. Os Deputados novos praticamente já se manifestaram e estão bem preparados para exercer a função de Legislador. Enfim, este Poder está qualificado para mostrar aqui um bom trabalho para os catarinenses.

Com relação ao assunto que V.Exa., Deputado Pedro Uczai, falou anteriormente, quando assomou à tribuna, ocorreu-me o seguinte raciocínio: notamos

que pelo Estado de Santa Catarina montar uma escola hoje está se tornando um negócio muito lucrativo, desde o jardim de infância, pré-escolar, 1º e 2º grau e até faculdade. Nós temos exemplos de faculdades constituídas, onde a sua nova LDB propicia e facilita.

Ontem, assistindo a entrega do projeto de emenda constitucional, de autoria do Executivo, que altera o art. 170, pude sentir que deveríamos destinar recursos efetivamente para qualificar o nosso ensino, qualificar os professores, dando condições para que os alunos carentes possam estudar. Mas este projeto poderá ser aprimorado por esta Casa, receber emendas, como bem disse o Governador do Estado ao encaminhá-lo à Casa.

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO AFONSO SPANIOL - Pois não!

O SR. Deputado Joares Ponticelli - Quero me reportar ao assunto que V.Exa está debatendo, está discorrendo, ou seja, esse resgate que o Governador do Estado proporcionou ontem, de um compromisso de campanha.

Nós, na condição, na época, de dirigentes, estivemos acompanhando no mês de julho do ano passado, com representantes de diretórios centrais de estudantes de várias universidades de Santa Catarina, o então candidato Esperidião Amin, que assumia publicamente o compromisso de encaminhar esse projeto de alteração do art. 170 a esta Casa para ser discutido - uma forma de o Estado dar a sua contribuição -, para que pudéssemos minimizar esse problema, hoje, da falta de recursos para manter os estudantes universitários.

Tenho certeza de que esta Casa poderá contribuir para que o projeto seja aperfeiçoado e venha ao encontro dos estudantes universitários que hoje não têm mais condições de se manter nas universidades.

Tenho certeza também de que esta Casa agilizará a tramitação desse projeto, para que possamos, uma vez que há vontade do Poder Executivo de resgatar esse compromisso, no menor espaço de tempo possível, mudar a Constituição do Estado, votar a lei que vai regulamentar e passar a distribuir as bolsas de estudo para manter os estudantes carentes nas universidades.

O SR. DEPUTADO AFONSO SPANIOL - Deputado, incorporo o seu aparte ao meu pronunciamento.

Também acho que foi um gesto de democracia, de abertura, de transparência, principalmente quando o Governador diz que traz o projeto a esta Casa e espera que ele seja enriquecido, seja melhorado na Assembléia Legislativa.

Mas o segundo assunto que eu trago é praticamente uma seqüência do primeiro. Quando nós falamos em criar condições para o estudante se formar, depois ir para o mercado de trabalho, nós nos deparamos com esse problema, com essa terrível situação hoje existente em nosso País: milhares e milhares de universitários dos mais diversos cursos jogados no

mercado de trabalho e a maioria deles, infelizmente, sem emprego.

É um assunto que nós aqui temos que debater com muita seriedade, com muita profundidade. Às vezes parece-me que existe uma certa apatia, um certo marasmo ou até uma certa indiferença de lideranças em relação à profunda e séria crise econômica e social que nós estamos enfrentando neste País.

Dá medo quando lemos diariamente a Folha de S. Paulo, os jornais e assistimos aos telejornais e constatamos a violência aumentando a cada dia, a cada semana. A pobreza, o desemprego, a humilhação a que está sendo submetido o povo brasileiro, as pessoas, as famílias, é algo que nos chega a arrepiar.

O Presidente da República, na minha avaliação, neste momento, não sabe mais o que fazer. Deixou-se guindar, deixou-se capitanear nos seus projetos pelo FMI, dando uma receita totalmente ortodoxa, na minha avaliação, frente à nossa crise, diante do impasse e para nós termos uma economia mais estável.

O desemprego aumentando, a violência, a falta de condições de uma vida digna é algo que nós daqui para frente vamos debater com mais consistência, com mais dados. E aqui neste Parlamento também vamos trazer sugestões, vamos trazer subsídios, porque nós não podemos nos calar e ficarmos indiferentes diante do quadro assustador, do quadro preocupante que neste momento assola os Estados, os Municípios, a agricultura, a saúde, a educação, enfim, todos os setores da vida social.

Vamos aqui contribuir fazendo a denúncia quando ela for necessária e também trazendo sugestões e subsídios, mesmo que o assunto seja da esfera federal.

Era isto o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Heitor Sché) - Com a palavra o Deputado Romildo Titon, por cinco minutos.

O SR. DEPUTADO ROMILDO TITON - Sr. Presidente e Srs. Deputados, trago a esta tribuna na tarde de hoje um assunto que está preocupando alguns Municípios.

No ano passado foram contemplados diversos Municípios pelo Programa Habitar Brasil, um programa que dá condições aos Municípios de executarem construções de casas populares a famílias de baixa renda.

Houve o convênio assinado entre a Cohab e Prefeituras Municipais, daquelas que foram contempladas, e foram num número bastante expressivo, as quais, em quase sua totalidade, tiveram os contratos assinados com a Caixa Econômica Federal.

Surpreendentemente, a Cohab agora remete ofício a diversas Prefeituras comunicando que tais Prefeituras foram excluídas do Programa Habitar Brasil em 1998. E a maioria dessas Prefeituras, autorizadas, aconselhadas pela própria Cohab, adquiriram os terrenos, executaram a infra-estrutura necessária, confeccionaram os projetos e tiveram despesas, naturalmente, com tudo isso.

Essa determinação da Cohab fez com que as Prefeituras ficassem no prejuízo, assim como as famílias que foram contempladas, que tiveram as suas inscrições

realizadas, pois estavam esperando uma oportunidade de terem a sua casa própria.

Por esse motivo, encaminhamos um pedido de informação à Cohab para saber quem determinou a exclusão dessas Prefeituras, quais os critérios estabelecidos para a exclusão das Prefeituras desse programa e quem vai arcar com as despesas que elas tiveram pela aquisição dos terrenos, confecção dos projetos e execução da infra-estrutura para a realização dessas obras...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Heitor Sché) - Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, terça-feira, os primeiros quatorze minutos são destinados ao PMDB.

Com o consentimento da Liderança do PMDB, o Deputado Romildo Titon continua com a palavra.

O SR. DEPUTADO ROMILDO TITON - Então, Sr. Presidente e Srs. Deputados, trago essa nossa preocupação.

Queremos levantar esses questionamentos para ver se não há alguma discriminação política por parte do atual Governo, que está deixando de atender às Prefeituras que foram contempladas. Por isso queremos saber quem determinou e quais os critérios estabelecidos para a exclusão dessas Prefeituras.

Mas haveremos de voltar à tribuna para falar sobre esse assunto após termos as informações que estamos solicitando à Cohab.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Heitor Sché) - Ainda dentro do horário destinado ao PMDB, com a palavra o Deputado Rogério Mendonça.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA - Inicialmente, gostaria de saudar o Deputado Heitor Sché, no exercício da Presidência desta Casa, os demais Deputados, a imprensa. Também quero saudar o amigo Elias Iacovski, ex-Diretor da Epagri; o amigo Durvalino Furtado, Vice-Presidente do Conselho de Medicina Veterinária; e o Sr. Vladimir Torres Viana, produtor de cebola no Estado de Pernambuco, que se fazem presentes nas galerias.

Estou ocupando este espaço hoje para falar sobre a cultura da cebola por três motivos: primeiro, porque amanhã estará sendo realizado no Município de Ituporanga o IX Seminário Nacional da Cebola, que reunirá mais de quinhentos produtores de cebola de todo o Brasil para discutir a cultura, a tecnologia e os problemas a ela relacionados; segundo, por ser hoje o Presidente da Associação Nacional dos Produtores de Cebola; terceiro, pelo fato de que neste mês estamos comemorando 50 anos de emancipação política do Município de Ituporanga, que tem na cultura da cebola a sua base econômica.

Primeiramente, gostaria de abordar o que representa a cebola para o Brasil, para Santa Catarina, para o Alto Vale e para Ituporanga.

O Estado de Santa Catarina é hoje

o maior produtor de cebola de todo o Brasil. São produzidas aqui mais de trezentas mil toneladas de cebola, o que significa, anualmente, principalmente nesta safra, o ingresso de 60 milhões de reais para a economia do nosso Estado.

No Brasil, no ano passado, foram produzidas 830 mil toneladas de cebola, e é importante que se diga que há quatro anos já se produziu mais de um milhão de toneladas. Portanto, em quatro anos tivemos uma redução da nossa produção de aproximadamente 20%.

Em 1998, o Brasil importou da Argentina aproximadamente 300 mil toneladas de cebola, ou seja, o equivalente de toda a produção de Santa Catarina foi importado da Argentina. Somente o Município de Ituporanga produz aproximadamente 70 mil toneladas de cebola por ano, e para que V.Exas. possam aquilatar o que significa isso, é importante que se diga que no Brasil se consome 7 mil toneladas de cebola/mês. Portanto, só o Município de Ituporanga é responsável pelo consumo/mês de cebola no Brasil.

Gostaria de abordar também o que significa a cultura da cebola em Santa Catarina e no Brasil para a questão do emprego e do trabalho.

Em Santa Catarina, mais de 18 mil famílias estão envolvidas diretamente com a cultura da cebola, significando em cada safra, direta ou indiretamente, o envolvimento de aproximadamente 100 mil pessoas. No Brasil, aproximadamente um milhão de pessoas trabalham com a cultura da cebola. E eu pergunto a V.Exas.: o que tem sido feito em nível de política agrícola neste Brasil para os produtores de cebola, de alho, de feijão, enfim, para os pequenos produtores?

Sabemos que há pouco tempo os Estados se reuniram em função de mil empregos no setor da metalurgia. Foram baixados impostos, baixaram milhões e milhões de reais simplesmente para garantir o emprego de mil pessoas. Eu acho justo, mas é importante também que se diga que não existe setor que consiga levar, agregar mais mão-de-obra do que a agricultura. E a cultura da cebola, sem dúvida nenhuma, é a que mais demanda mão-de-obra.

Saibam V.Exas. que são necessários 120 homens/dias para se produzir um hectare de cebola. Portanto, quando se fala em emprego e trabalho, o setor de agricultura, especialmente a cultura da cebola, tem a maior demanda em termos de mão-de-obra.

Há poucos dias, com a desvalorização do real, que não foi intencional por parte do Governo Federal, houve um incremento para a agricultura, eis que se facilitou as exportações. E como se impossibilitou as importações de cebola da Argentina, o produto nacional foi melhor remunerado.

Quando Presidente da Anace, consegui junto ao Governo do Estado que fosse instituído o ICMS na cultura da cebola dentro do Estado de Santa Catarina. Também através da Anace participei de audiências com o Ministro da Agricultura e com o Ministro da Fazenda, e conseguimos que fosse implantada a Portaria nº 42/98, que impede que a cebola da Argentina entre no Brasil fora dos padrões de comercialização.

Então, também é importante que se

diga que nos últimos tempos houve um aumento da produtividade e da qualidade da nossa cebola. Há 20 anos, quando iniciei meu trabalho como engenheiro agrônomo em Ituporanga, na cultura da cebola, a produtividade era de dez toneladas por hectare. No ano que passou, a produção de cebola na nossa região chegou a 16 toneladas por hectare, enquanto que no Brasil a produtividade é de 12 toneladas.

Esse incremento da qualidade deve-se, em primeiro lugar, ao nosso produtor, eis que em Santa Catarina temos um produtor de primeira linha, em nível de Brasil, em nível de Mercosul. Em segundo lugar, à assistência técnica oferecida ao nosso homem do campo, à pesquisa tecnológica, à assistência técnica das Prefeituras, das cooperativas, aos nossos técnicos.

Srs. Deputados, quero aqui fazer uma menção especial ao trabalho desenvolvido pela Epagri, pois foi graças ao seu trabalho de pesquisa com os seus centros experimentais, à assistência técnica que deu ao homem do campo na sua propriedade que conseguimos esse incremento de produtividade.

É importante também que se diga, Srs. Deputados, que se faz necessária uma assistência técnica ampliada em nível de Município. Por isso, quando se fala em agricultura, fala-se também em subsídio. E eu pergunto se devemos ou não fornecer subsídios ao agricultor. Entendo que não devemos subsidiar o agricultor com dinheiro, mas através da assistência técnica, do crédito rural desburocratizado, acessível, porque o que se vê hoje é o pequeno produtor buscar o crédito rural nos bancos, nos pequenos Municípios, e não ter acesso. Só os grandes produtores é que têm acesso. Ao pequeno produtor exigem avalistas de toda natureza, impossibilitando-o de ter acesso.

Portanto, é necessário, sim, mais pesquisas, mais incentivos às agroindústrias, para que possamos diversificar a produção e também gerar emprego no meio rural. Também precisamos, sim, ter uma preocupação em relação ao Mercosul. O Presidente da Argentina, quando viu o setor produtivo do seu país prejudicado em função da desvalorização do real, correu imediatamente ao Brasil para reivindicar os direitos da Argentina perante o Mercosul.

Pergunto o que o Governo Federal tem feito pelos pequenos produtores que são prejudicados pela Argentina, pelo Mercosul. Quando que o Governo Federal foi na Argentina, no Uruguai, no Paraguai brigar pelos nossos produtores, pelo produtor de maçã, pelo produtor de alho de Curitiba, pelo produtor de leite, que também se vê ameaçado e prejudicado pelo Mercosul?

Santa Catarina tem as melhores condições de gerar emprego, de produzir renda, porque aqui temos terra fértil, clima bom, recursos humanos da melhor qualidade, tecnologia. E precisamos, sim, de mais apoio ao nosso agricultor.

Ao finalizar, quero convidar todos vocês, principalmente o Presidente da Comissão de Agricultura, para estarem amanhã em Ituporanga, no Seminário Nacional da Cebola. E estarei ofertando a cada Deputado uma réstia de cebola produzida no Município de Alfredo Wagner, que, assim como Ituporanga, Imbuía e

os demais Municípios daquela região, produz a melhor cebola do Brasil.

O Sr. Deputado Onofre Santo Agostini - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA - Pois não!

O Sr. Deputado Onofre Santo Agostini - Nobre Deputado, primeiramente quero agradecer pela cebola. É de primeira qualidade a cebola que Santa Catarina produz para o Brasil.

Cumprimento-o pelo ânimo que demonstra aqui. V.Exa. é um profundo conhecedor da matéria, pois além de ser um agrônomo de renome, exerceu uma função muito importante no Estado de Santa Catarina, é um conhecedor da agricultura do nosso Estado, do Brasil.

Toda a argumentação esboçada por V.Exa. tem o nosso respaldo, porque a nossa terra, que é tida como a maior produtora de alho do Brasil, também vivencia os mesmos problemas que passam os maiores produtores de cebola, os maiores produtores de maçã em Santa Catarina.

Mas quero agradecer uma vez mais a réstia de cebola, e se há algum Deputado que não goste de cebola, quero dizer que me candidato a ganhar sua réstia, pois lá em casa nós consumimos muito.

O Sr. Deputado Gelson Sorgato - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA - Pois não!

O Sr. Deputado Gelson Sorgato - Nobre Deputado, quero parabenizar V.Exa., que já foi Presidente da Epagri, sendo que amanhã vai transferir a Presidência da Anace. Agradeço pela réstia de cebola, e gostaria de receber as vermelhas, porque sou colorado e porque conheço a sua qualidade.

Deputado, essa discussão de proteger o pequeno produtor é muito ampla, pois visa o custo do transporte, o custo do dinheiro no banco e também a tributação. Por isso, nós precisamos que chegue aos Estados essa reforma, a fim de proteger o produtor de cebola, de alho, de maçã e de outros produtos.

Quero, mais uma vez, parabenizá-lo, como Presidente da Comissão de Agricultura, por este grande ato na presidência da Associação de Produtores de Cebola. Sucesso para V.Exa.!

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA - Só gostaria de dizer que a cebola roxa é muito procurada porque é rica em selênio, e nós sabemos que ele é responsável pela circulação sanguínea.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Heitor Sché) - Esta Presidência registra, com satisfação, o aniversário do Deputado Ronaldo Benedet, desejando-lhe felicidade.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos dez minutos são destinados ao PFL.

Com a palavra o Deputado Onofre Santo Agostini.

O SR. DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI - Sr. Presidente e Srs. Deputados, gostaria de fazer uma colocação a V.Exas. e agradecer aos Deputados que referendaram o meu nome para a Comissão de Justiça. Isso me deixa satisfeito, embora a satisfação seja de ordem pessoal, porque vivi momentos muito difíceis, não só na minha vida política ou pública, mas na minha vida pessoal. E não desejo que o

maior dos meus inimigos passe o que eu passei na vida pública.

A atitude de todos os Deputados, Sr. Presidente, resgata-me e lava a minha alma, como diria o caboclo, porque é o reconhecimento de uma atitude corajosa que tive. Mas nem quero falar nisso, apenas dizer que já comecei a trabalhar na Comissão de Justiça. Conversei com os assessores, fiz a distribuição de todos os projetos, e veja que o critério de distribuição, Deputado Jaime Mantelli, é por ordem alfabética, em igualdade de condições.

Eu me reservo o direito de não avocar nenhum projeto para emitir parecer, salvo aqueles que me dizem respeito, ou seja, os oriundos da Justiça sobre os quais tenho interesse de ordem pessoal. Os demais projetos, todos, sem exceção, Deputado Jaime Mantelli...

Eu não estou dizendo aqui que as atitudes dos ex-Presidentes estavam equivocadas. Mas todos os projetos, sem exceção, serão distribuídos por ordem alfabética. Será o Deputado que estiver na vez. Não me interessa o Partido, se estiver na vez, é a esse Deputado que iremos atribuir o parecer.

Nós já tomamos essa atitude, e nenhum projeto, Sr. Presidente, está parado na Comissão de Justiça. Todos, quer de origem governamental, quer de origem parlamentar, já foram distribuídos.

Amanhã vou reunir-me com todos os Presidentes de Comissão para tentarmos achar uma solução, a fim de que não haja conflito de horário nem de dias quanto às reuniões.

Por exemplo, os Deputados da 1ª Legislatura sabem que há Deputados que participam de três Comissões; assim sendo, esses Deputados não poderão participar da reunião de uma Comissão se houver, concomitantemente, também uma reunião na outra Comissão da qual fazem parte. Por isso, já determinei aos meus assessores que façam esse cronograma, para que todos possam efetivamente exercer essa difícil missão nas Comissões.

Era esta a notícia que eu queria trazer a V.Exas., sabendo que eu sou um ser humano e, por isso, sujeito a erros. Mas quero pedir com humildade a todos os Srs. Deputados que trabalhemos em conjunto. Não vim aqui para prejudicar ninguém na Comissão de Justiça, não sou homem dado a fazer sacanagem. Tenho posição clara, corajosa. Não fico em cima do muro, luto por aquilo que entendo ser para o bem de Santa Catarina. E terá o meu repúdio aquilo que eu entendo que não é para o bem do nosso Estado.

Portanto, Srs. Deputados, peço, humildemente, a compreensão e a tolerância de V.Exas. e que me ajudem, pois preciso da ajuda de todos na Comissão de Justiça. Tenho humildade suficiente para dizer que não tenho a competência de outros que por ali passaram, mas também tenho discernimento para dizer que haverá de trabalhar, porque preguiça eu não tenho. E sei que todos aqui têm essas mesmas qualidades, quem sabe até muito melhores que as deste modesto servidor do povo.

Então, terei de lutar. Não tenho

medo do trabalho, não tenho medo de ameaças; não interessa se a imprensa, se um determinado jornalista faz comentários maldosos a meu respeito, dizendo que eu sou anti*impeachment*. Na minha avaliação, isso é um problema superado e resolvido.

Não sou acostumado a trabalhar em cima de coisas do passado. Eu levanto a cabeça e digo que a vida começa, que o meu terceiro mandato começa hoje. Não vou olhar o passado, porque não vivo do passado. Não sou favorável a que se chore o leite derramado, sou favorável a que se trabalhe em favor de Santa Catarina, em favor do povo catarinense.

Se tivesse que repetir a minha atitude recente aqui, faria tudo de novo, porque fiz aquilo que a minha consciência mandou. Não me curvei pela pressão, pela vontade da imprensa. Não me curvei e não vou me curvar. Não há ameaça que faça com que eu me curve. Haverá, sim, de trabalhar, e tenho a humildade de reconhecer a minha incompetência, mas também tenho a dignidade de dizer que o que faço é de cabeça erguida, que não me sujeito à vontade de uns e de outros. Faço isso de coração e de alma lavada.

Por isso vim aqui externar este meu ponto de vista. Quero e preciso do apoio de vocês! Quero que a Comissão de Justiça vá para a frente, e para isso preciso da ajuda, da compreensão e até da tolerância de V.Exas aos meus erros e às minhas dificuldades.

Não estou aqui para prejudicar ninguém, e terei de fazer tudo para que este Poder fique cada vez mais engrandecido.

O Sr. Deputado Jaime Mantelli - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI - Pois não!

O Sr. Deputado Jaime Mantelli - Deputado, na corrente do pronunciamento de V.Exa., devo dizer que a nossa manifestação de apoio ao seu nome para Presidente da Comissão de Constituição e Justiça deveu-se exatamente pelo seu espírito de independência. O Poder Legislativo tem que ser independente, tem que construir sua própria história, e V.Exa., sem dúvida nenhuma, tem esta personalidade, este perfil.

Sou membro dessa Comissão, e tenho certeza que se somarmos o esforço de todos os membros que a compõem, V.Exa. haverá de fazer um trabalho retumbante neste ano. Também na Comissão de Fiscalização haveremos de tomar posicionamentos apolíticos na condução da análise das matérias que lá estão colocadas.

Parabenizo V.Exa. pela Presidência da Comissão de Constituição e Justiça, pela sua independência, e reafirmo aqui minha confiança no seu trabalho e no futuro que dará a esta Comissão.

O Sr. Deputado Manoel Mota - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI - Nobre Deputado, como os próximos minutos pertencem ao Deputado Nilson Gonçalves, vou solicitar que ele lhe conceda o aparte.

Muito obrigado!
(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Heitor

Sché) - Ainda dentro do horário destinado ao PFL, com a palavra o Deputado Nilson Gonçalves.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Sr. Presidente e Srs. Deputados, antes de iniciar a minha falação, permito ao ilustre Deputado Manoel Mota que faça o seu aparte.

O Sr. Deputado Manoel Mota - Gostaria de cumprimentar o Deputado Onofre Santo Agostini, um Deputado brilhante e com um trabalho importante neste Parlamento em defesa da sociedade catarinense.

Nos momentos decisivos, S.Exa. sempre teve posição clara, por isso contou com o apoio da maioria esmagadora dos Deputados para a Presidência da Comissão de Constituição e Justiça.

Então, queremos cumprimentar o Deputado Onofre Santo Agostini e desejar-lhe muito êxito, com a certeza de que a independência deste Parlamento e da Comissão de Constituição e Justiça poderá ser uma constante, mas em defesa do povo de Santa Catarina, porque este é o nosso papel. Somos representantes do nosso povo, que espera deste Parlamento uma resposta no sentido da retomada do desenvolvimento, de um programa social, da capacitação da sociedade de uma forma geral.

Através de homens de bem que representam o Parlamento é que vamos ter esta resposta, e o Deputado Onofre Santo Agostini é um deles. Por isso queremos cumprimentar S.Exa. e desejar muito sucesso a ele e a toda os membros da Comissão de Constituição e Justiça.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Muito obrigado, em nome do Deputado Onofre Santo Agostini. Tenho muito orgulho de estar nesta Casa fazendo companhia a ele tanto em Plenário como na Comissão de Constituição e Justiça.

Temos um belo caminho pela frente, Deputado Onofre Santo Agostini. Neste ano conheci V.Exa. mais amigável, e tenho certeza absoluta que a Comissão de Constituição e Justiça, na sua Presidência, atuará de forma muito transparente para quem quiser saber o que acontece lá.

O seu desabafo tem o devido cabimento, pois V.Exa., em episódios passados, foi bastante citado pela imprensa em geral. Até eu cheguei a esta Casa meio que com o pé atrás em relação a V.Exa. Mas fui conhecendo, no dia-a-dia, os seus princípios, a sua maneira de ser, a sua maneira de fazer, a sua sinceridade e honestidade, e hoje tenho um grande orgulho de ser seu parceiro.

Pode ter certeza absoluta que farei tudo que estiver ao meu alcance para ajudá-lo a desempenhar, de maneira muito séria, muito honesta e muito clara, os trabalhos na Comissão de Justiça.

Mas, Sr. Presidente e Srs. Deputados, ocupo esta tribuna para me referir, mais uma vez, à minha querida e amada Joinville, que completa hoje 148 anos. Há 148 anos chegavam em Joinville 192 famílias alemãs, deixando para trás suas tradições, seus laços e encontrando aqui, no Brasil, exatamente onde está Joinville, apenas uma floresta encharcada, dois barracos e algumas pequenas plantações.

Mesmo assim, foram recebidos com festa, e a partir dali, então, começou a história da nossa querida Joinville.

Cortar raízes seculares, atravessar um oceano, viajar mais de duas mil horas e fundar um futuro na borda de uma floresta como aquela que se apresentava, faz de Joinville hoje uma cidade muito mais significativa do que sempre foi.

Assim, é possível repetir a identificação fraternal dos primeiros povoadores, ao longo de dezenas de outros momentos críticos vividos pela comunidade. E Joinville vive hoje um momento, nós diríamos, crítico, pois, em que pese ser a maior cidade de Santa Catarina, convive com um índice altíssimo de desemprego, por ser uma cidade essencialmente industrial.

Há em Joinville, também, uma falta de água crônica, assunto já abordado por mim desta tribuna. Além disso, o presídio lá é superlotado, uma verdadeira vergonha para todos nós. E como lá é altíssimo o índice de furto de automóveis, a polícia está tendo dificuldade de controlar.

Temos, ainda, dois hospitais sucateados, uma rede ambulatorial sem remédio e poucos médicos. Mas temos, sobretudo, Sr. Presidente, muita dignidade. Somos um povo passivo e temos muita esperança no dia de amanhã.

Joinville não tem uma única favela, porque temos um povo lutador, trabalhador, que nos deixa bastante esperançosos quanto ao amanhã.

Parabéns, minha querida e amada Joinville, pelos seus 148 anos!

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Uczai) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos sete minutos estão destinados ao PT.

Com a palavra o Deputado Francisco de Assis.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO DE ASSIS - Sr. Presidente e Srs. Deputados, da mesma forma, quero parabenizar o povo de Joinville, a maior cidade do Estado de Santa Catarina, pela sua brava luta, pela sua persistência e pelo seu trabalho na construção daquela cidade.

Sou natural de Imaruí, no Sul do Estado, mas desde 1971 moro em Joinville, onde constituí uma família. E quero aqui registrar o valor do povo de Joinville, um povo trabalhador, que levanta de madrugada para trabalhar nas empresas e para construir, com seu suor, a cada dia que passa, aquela cidade.

Então, quero registrar aqui o 148º aniversário de Joinville e parabenizar toda a sua população. Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Uczai) - Ainda dentro do horário destinado ao PT, com a palavra o Deputado Volnei Morastoni.

O SR. DEPUTADO VOLNEI MORASTONI - Sr. Presidente e Srs. Deputados, associando-me ao Deputado Francisco de Assis e aos demais Colegas de Joinville, parabenizo o povo daquele Município pelo seu 148º aniversário.

Ontem, 8 de março, Dia Internacional da Mulher, estive na cidade de

Chapecó acompanhando o Secretário Estadual da Saúde, o Deputado Eni Voltolini, onde participamos de uma audiência pública com o Movimento das Mulheres Agricultoras e diversas outras entidades, cumprindo uma pauta de reivindicações sobre o tema "saúde".

Aproveitamos a oportunidade e visitamos a Secretaria do Oeste, comandada aqui pelo Deputado Milton Sander. Também visitamos um companheiro do meu Partido, o Prefeito de Chapecó, José Fritsch. E estivemos reunidos com a direção regional do Hospital de Chapecó e com o Prefeito, que é Presidente do consórcio intermunicipal que administra aquele Hospital.

Srs. Deputados, gostaria de deixar registrado que na audiência pública recebemos diversas entidades, sob a liderança do Movimento das Mulheres Agricultoras de Santa Catarina, quais sejam: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra de Santa Catarina, Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar, Movimento dos Atingidos por Barragens/SC, Secretariado Diocesano de Pastoral, Sindicato dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Serviços de Saúde de Chapecó e Região, Sindicato dos Trabalhadores na Educação - Sinte, Sindicato dos Servidores de Extensão Rural e Pesquisa e outras.

Fiquei muito contente, muito satisfeito, e quero aqui parabenizar o Movimento das Mulheres Agricultoras e todas essas importantes entidades que fazem parte desse movimento social, pelo fato de no Dia Internacional da Mulher, que além das comemorações pertinentes é um dia de luta, terem escolhido a saúde como tema principal da mobilização.

Isso é muito importante, porque todos nós sabemos que é grave e crítica a situação da Saúde em todos os níveis, do municipal ao federal. Precisamos realmente trazer a Saúde para a ordem do dia, e é importante que essas organizações, que essas entidades tragam esse tema para ser debatido no dia a dia.

Naquela audiência, foi apresentada uma importante pauta de reivindicações, a qual foi debatida pelo Secretário Estadual da Saúde com as entidades. Na oportunidade, eu deixei claro que lá estava como Deputado Estadual e como membro da Comissão de Saúde e Meio Ambiente desta Casa. Já havia sido designado pelo meu Partido para compor essa Comissão, e hoje tive a felicidade de ser eleito Presidente, tendo o Deputado Sandro Tarzan como Vice-Presidente.

Mas a minha presença lá, naquele momento, era de cumprir o papel de intermediário entre o povo, que estava reivindicando mais atenção para a Saúde, e o Governo. Fui testemunha dessas reivindicações, dos compromissos que o Secretário estava assumindo publicamente. Também este assunto levarei, depois, em detalhes para a Comissão de Saúde desta Casa, a fim de que possamos acompanhar os desdobramentos, bem como cobrar os compromissos assumidos publicamente.

As reivindicações apresentadas foram mais do que justas; inclusive, mostram o avanço e a maturidade dessas entidades. Foi reivindicado que se destinasse no mínimo 10%

dos recursos arrecadados no Estado de Santa Catarina para a Saúde, com distribuição justa dos recursos para as diferentes regiões.

Em outro item da pauta, pediu-se o apoio efetivo do Secretário e do Governo do Estado para a Proposta de Emenda Constitucional 169, que está há tempo para ser votada. Inclusive, no mês que vem haverá uma grande mobilização nacional de Prefeitos pressionando pela votação da PEC 169, que destina 10% dos recursos arrecadados em impostos da União, dos Estados e Municípios e mais 30% dos recursos da seguridade social para a Saúde, a fim de que seus representantes deixem de estar sempre de pires na mão, pedindo por favor, mendigando recursos. A Saúde tem que ter recursos fixos, vinculados diretamente ao Orçamento, para que possa cumprir as suas obrigações.

Uma outra reivindicação diz respeito a recuperar o caráter público dos hospitais regionais. Muitos dos nossos hospitais estão privatizados, foram invadidos pelos planos privados ou por formas privatizadas de atendimento. O SUS está cada vez mais em segundo plano; não há mais espaço para o SUS.

A mesma coisa acontece com o pagamento imediato das dívidas dos hospitais regionais, que estão passando por uma crise grave, haja vista o próprio Hospital Regional de Chapecó, que acumula mais de seis milhões de dívida. E o Hospital Regional Hans Dieter Schmidt, de Joinville, está sendo devolvido para o Estado.

Outra reivindicação importante da pauta é a criação de canais de participação da comunidade para a fiscalização e acompanhamento dos hospitais regionais.

Por exemplo, se estes hospitais regionais forem terceirizados na sua administração, o que acontece com eles? O que é feito? Não há nenhuma forma de acompanhamento por parte da sociedade, da comunidade, embora nesses contratos de terceirização ou naqueles que foram, por lei, estabelecidos...

Srs. Deputados, nesse pouco tempo que me resta é impossível abordar todos os itens.

O Sr. Deputado Sandro Tarzan - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO VOLNEI MORASTONI - Pois não!

O Sr. Deputado Sandro Tarzan - Deputado Volnei Morastoni, V.Exa. hoje assume a Presidência da Comissão de Saúde, e como fui eleito Vice-Presidente desta Comissão, quero dizer que desejo ser um parceiro, juntamente com os demais membros, haja vista que o problema da Saúde é muito grave, e não só em nosso Estado, mas em todo o País.

Quero, cada vez mais, assumir a responsabilidade que a mim foi delegada, através do respeito...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Uczai) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSDB.

Com a palavra o Deputado João Rosa, por até seis minutos.

O SR. DEPUTADO JOÃO ROSA - Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, é com extrema alegria que

assomo à tribuna neste dia 9 de março para deixar registrado nos Anais desta Casa o aniversário da nossa querida Joinville.

Falar para o povo de Joinville neste 9 de março é falar dos atos de heroísmo daqueles que iniciaram a colonização de Dona Francisca, é falar nos heróis que continuaram o trabalho iniciado pelos primeiros que lá estiveram, é falar nos heróis contemporâneos, que, com a constituição de suas famílias, ajudaram Joinville a se transformar na maior cidade do Estado de Santa Catarina.

Joinville é uma cidade acolhedora, fraternal, de gente boa. Do Sul, do Planalto Serrano, do Oeste, do Médio e do Alto Vale, enfim, de todos os recantos do nosso Estado migraram famílias inteiras para fazer da nossa Joinville o que ela é hoje.

Joinville sempre teve uma conotação de cidade alemã, mas hoje não é mais. Hoje ela é uma cidade com características de Brasil, do povo brasileiro, do povo que veio de todos os recantos - do Paraná, do Rio Grande do Sul, da Bahia, de Pernambuco - para formar ali sua família, conseguir o seu trabalho e ajudar a transformar Joinville na potência catarinense que hoje é.

Santa Catarina tem em Joinville o que o Brasil tem em São Paulo. Joinville é para Santa Catarina o que São Paulo é para o resto do Brasil.

Assim sendo, quero dizer que hoje todos os joinvilenses, os que vieram de Ituporanga, os que vieram de Rio do Sul, os que vieram de Lages, Deputado Ivan Ranzolin, os que vieram do Sul do Estado, enfim, hoje, todos nós somos joinvilenses natos ou adotados, como eu, e estamos felizes por comemorar mais um aniversário da nossa querida Joinville.

Associo-me ao Deputado Nilson Gonçalves e ao Deputado Francisco de Assis nas homenagens já registradas nesta Casa. Inclusive, gostaria de dizer que Joinville continua de braços abertos para receber irmãos de todos os recantos, porque Joinville hoje não é só dos joinvilenses, Joinville é hoje de todos os catarinenses e brasileiros, pois Joinville é atualmente uma cidade globalizada, porque lá vivem muitos estrangeiros que vieram para trabalhar e para constituir família na nossa manchester catarinense.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Uczai) - Ainda dentro do horário destinado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PTB.

Com a palavra o Deputado Sandro Tarzan, por até seis minutos.

O SR. DEPUTADO SANDRO TARZAN - Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, quero também nesta oportunidade trazer um abraço ao Município de Joinville, este grande Município do nosso Estado, que está fazendo hoje 148 anos de emancipação.

Gostaria também de dizer que não pude estar presente ontem na sessão que comemorou o Dia Internacional da Mulher, mas deixo os meus parabéns à Deputada Ideli Salvatti pela sua iniciativa e a todas as mulheres do Estado de Santa Catarina, que, sem sombra de dúvida, têm o nosso respeito, a

nossa admiração, porque sabemos da importância que a mulher tem na constituição da família e na criação dos filhos.

Deixamos o nosso abraço à mulher que vem cada vez mais ocupando o seu espaço e que, inclusive, teve um espaço conquistado por um grande líder político, o ex-Presidente Getúlio Vargas, no que se refere ao direito de votar. O ex-Presidente Getúlio Vargas teve esta participação que, inclusive, faz parte da história do Partido Trabalhista Brasileiro.

Estivemos, na quinta-feira passada, em São Joaquim, nosso Município, juntamente com o Secretário de Estado da Agricultura, e lá tivemos a oportunidade de participar do lançamento da colheita da maçã.

Na oportunidade, também com a presença do Secretário da Agricultura, foi empossado o chefe da estação experimental de São Joaquim, da Epagri, do Cetrejo e da Cidasc.

Naquela oportunidade, com o Secretário, com as lideranças municipais, com Prefeitos, com o Governador, tivemos a oportunidade de discutir os problemas da nossa agricultura, da fruticultura e da pecuária do Município de São Joaquim.

Depois disso fomos ao Município de Bom Jardim da Serra e de Lauro Müller. Estavam presentes os Deputados Joares Ponticelli e Valmir Comin. Depois também nos dirigimos a Orleans e tivemos a oportunidade de, em todos estes Municípios, discutir os problemas sérios por que passa a nossa agricultura.

Temos certeza absoluta de que é prioridade para o nosso Governador Esperidião Amin a agricultura no Estado de Santa Catarina, como ele já disse em várias oportunidades. Então, haveremos de estar juntos com todos os Deputados ligados à área da agricultura, defendendo os nossos produtores, como veio hoje aqui o Deputado Rogério Mendonça, também, defendendo a cebola.

Portanto, parabenizamos a sua atitude e queremos ser um parceiro, um companheiro para a defesa dos interesses dos nossos agricultores, dos nossos pecuaristas e dos nossos fruticultores.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Uczai) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PPB.

Com a palavra, por até onze minutos, o Sr. Deputado Lício Silveira.

O SR. DEPUTADO LÍCIO SILVEIRA - Sr. Presidente, Srs. Deputados, o horário do PPB será dividido com três Srs. Deputados. Eu só irei fazer uma colocação, especialmente dirigida ao Presidente da Casa, Deputado Gilmar Knaesel, e aos Deputados Romildo Titon, Reno Caramori, Joares Ponticelli, Ronaldo Benedet e Manoel Mota.

Srs. Deputados, fiquei responsável pela elaboração de um relatório preliminar a respeito daquela reunião sobre a BR-101, com o engenheiro Roberto Ribas, do DNER.

Esse trabalho que vou passar às mãos, no dia de hoje, de todos os Srs. Deputados fala sobre a BR-101 - Santa Catarina/Paraná e também Palhoça/divisa

com o Rio Grande do Sul -, fala sobre os lotes da contratação, as obras de arte que discutimos, a execução da obra.

Nesse trabalho também falamos sobre os problemas existentes nesta estrada com relação à ponte, às estradas variantes. E finalmente propomos - e aí vem a minha preocupação -, e isso foi aprovado por V.Exas., que o relatório seja encaminhado à Comissão de Transportes, para o seu detalhamento final, e aí, então, V.Exas. poderão discuti-lo.

Srs. Deputados, como já foi formada uma Comissão Parlamentar Externa para tratar do mesmo assunto, eu gostaria que houvesse um entrosamento dessa Comissão Parlamentar Externa, que já está formada, com a Comissão de Transportes, para que não saíssem desta Assembléia Legislativa duas posições diferentes. Esta é a minha preocupação.

Eu gostaria que V.Exas. sugerissem mais alguma coisa, encaminhando-as dentro desse relatório preliminar à Comissão de Transportes, o que também servirá de base para a Comissão Parlamentar Externa que trata do mesmo assunto - a BR-101.

Peço mais uma vez que tomem o cuidado para que não saiam dois relatórios desta Casa, porque desta Casa deverá sair somente um posicionamento com relação à BR-101.

Eram estas as colocações que eu queria fazer com relação a esse relatório preliminar, o qual deverá chegar às mãos de V.Exas. ainda no dia de hoje.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Uczai) - Ainda dentro do horário reservado ao PPB, com a palavra o Sr. Deputado Valmir Comin.

O Sr. Deputado Ivan Ranzolin - Peço a palavra, pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Uczai) - Com a palavra, pela ordem, o Sr. Deputado Ivan Ranzolin.

O SR. DEPUTADO IVAN RANZOLIN - Eu queria dizer ao Deputado Lício Silveira que a nossa Bancada hoje sente-se no cumprimento do dever com todos os demais líderes, com relação à formação das Comissões da Casa, e que já a partir de segunda-feira teremos um trabalho relativo ao processo Legislativo da Casa.

Eu gostaria também de deixar registrado aqui um trabalho que iniciamos com relação à BR-416, no segmento que leva a região de Ponte Alta a Lages.

Estamos fazendo um trabalho forte, porque lá as obras estavam em andamento e estão sendo paralisadas; existe o canteiro de obras, e estão demitindo o pessoal.

Gostaria de registrar que quando tratarmos do assunto da BR-101, a BR-116 terá da nossa parte uma atuação forte nesse sentido.

O SR. DEPUTADO VALMIR COMIN - Sr. Presidente e Srs. Deputados, faço uso deste microfone para dizer que no sábado passado tivemos a grata satisfação de ter na nossa região, no Sul do Estado, a visita do Sr. Governador do Estado de Santa Catarina, Esperidião Amin, juntamente com o Ministro das Minas e Energia, Rodolfo Tourinho Neto.

Lá tivemos a participação dos Companheiros Ronaldo Benedet, Clésio Salvaro e Altair Guidi e tivemos a oportunidade de, pela primeira vez na história do setor

carbonífero da região Sul, ter a presença do Sr. Ministro, a 150 metros do solo, no subsolo, onde nos deslocamos num raio de mais de cinco quilômetros.

Essa foi uma oportunidade considerada ímpar até o momento no setor carbonífero. Inclusive, vem ocorrendo um seminário desde o dia de ontem, num acordo feito entre uma cooperação Brasil/Estados Unidos, de setembro de 1997.

Portanto, proponho, Srs. Deputados, para a próxima sessão, um requerimento, em especial aos Parlamentares do Sul, onde situa-se o concentrado da jazida de minério de carvão, no sentido de que pudéssemos formar uma Comissão Especial Externa para tratar de minas, energia e fontes alternativas, porque vimos a necessidade de se incrementar a iniciativa do setor carbonífero, que já abrigou mais de 13 mil funcionários e que hoje tem nada mais nada menos do que 3.000 ou 3.500 funcionários em atividade.

É bem verdade que a partir dos anos 80 houve a mecanização do setor e o aumento da produção, mas o setor já chegou à casa das 300 mil toneladas/mês. E a Eletrosul hoje consome 150 mil toneladas/mês.

Então, realmente há uma demanda muito grande de carvão sem mercado. E eis aí a necessidade de uma parceria com a iniciativa privada, do Governo Estadual e Federal e o Governo americano, que tem a tecnologia, no sentido de buscarmos esse *pool*, porque uma usina não custa nada mais nada menos do que 300 milhões de dólares.

Por isso, a iniciativa de formarmos esse *pool*, porque sozinho não chegaremos a lugar nenhum, eis que uma empresa sozinha não tem condições de buscar esse investimento, de entrar com esses recursos. Por isso, a parceria é fundamental.

Temos a certeza, Deputado Ronaldo Benedet, Deputado Clésio Salvaro, que são do ramo da mineração, da compreensão e do apoio de V.Exas. nesse requerimento para em conjunto buscarmos essas alternativas.

Temos certeza também de que o Sr. Ministro sensibilizou-se com a situação do setor carbonífero, uma região tão carente e tão promissora, com uma jazida de carvão no subsolo do Sul do Estado, estimada para a instalação de duas usinas de 150 megawatts de potência ou a possibilidade de mais de um século de operação.

Frisei na sessão próxima passada o setor interligado ao carvão, o setor elétrico do País, eis que o Sudeste de São Paulo recebe energia produzida na Eletrosul do Estado de Santa Catarina. Energia essa de fundamental importância para o progresso, para o desenvolvimento do nosso Estado e da nossa gente.

O Sr. Deputado Ronaldo Benedet - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO VALMIR COMIN - Pois não!

O Sr. Deputado Ronaldo Benedet - Caro Colega, queremos aqui integrar nosso total apoio ao assunto ora em discussão.

Ontem à noite conversamos a respeito da formação dessa Comissão, que é de fundamental importância para nós que somos da região carbonífera do Sul do Estado de Santa Catarina.

O nosso carvão está relegado a um segundo plano. Nos Estados Unidos, hoje, segundo o seminário que está acontecendo, uma integração entre o Brasil e os Estados Unidos, o nosso carvão é responsável por mais da metade da produção de energia elétrica nos Estados Unidos. E nós, aqui, durante os últimos dez anos, estamos permitindo o sucateamento. O nosso carvão foi esquecido,

não foi pensado como fonte alternativa energética, como fonte estratégica de produção de energia para este País. É uma vergonha o que se deixou acontecer. É claro que nós, da região Sul, sofremos na carne com o desemprego, com o empobrecimento da região, com essa perseguição ao nosso produto, o carvão.

Espero que agora com o encontro que está havendo as autoridades públicas federais e estaduais se sensibilizem. E com essa Comissão, que é de fundamental importância para a nossa economia, esperamos ter a garantia de que o nosso carvão será preservado.

Muitas vezes deixa-se toda a economia de uma região, porque no momento o carvão é mais caro. Há um mês o carvão era mais caro. Hoje, com o aumento do dólar, o carvão já é mais econômico do que o gás, onde foi feito um investimento de mais de dois bilhões de dólares. E agora o gás já está quase que se tornando inviável, enquanto o carvão é uma alternativa energética brasileira, que não custa em dólar, que gera emprego aqui, na nossa região.

Nobre Deputado, receba o nosso apoio e tenha a certeza de que estaremos junto em todas as causas na defesa do nosso trabalhador, do nosso minerador, da nossa riqueza, que é o carvão.

O SR. DEPUTADO VALMIR COMIN - Agradeço pelo seu aparte.

Segundo estudos, temos certeza de que para competirmos com a globalização não temos outra saída se não buscarmos o entendimento das empresas, em parceria com o Governo Federal, sendo ele o incentivador, para a viabilização desses investimentos, para a instalação da usina na boca da mina. Essa é a única maneira que temos para exercer essa sobrevivência, e sai do subsolo essa reserva inquestionável e muito importante para a alavanca da economia da nossa região, do Estado e, por que não dizer, desta Nação.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Knaesel) - Passaremos à Ordem do Dia.

A Presidência justifica a ausência do Deputado Neodi Saretta, que está participando de um seminário, em Salvador, nos dias 9, 10 e 11 deste mês, representando este Poder.

Há também a justificativa de ausência da Deputada Odete do Nascimento, que se encontra em Brasília na reunião da bancada evangélica.

Sobre a mesa requerimento de autoria do Deputado Adelor Vieira, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao Prefeito de Joinville e ao Presidente da Câmara Municipal, cumprimentando-os pela passagem dos 148 anos de emancipação política daquela cidade.

A Presidência defere de plano.

O Sr. Deputado Nilson Gonçalves - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Knaesel) - Com a palavra, pela ordem, o Deputado Nilson Gonçalves.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Gostaria de poder assinar esse requerimento, uma vez que a intenção é a mesma.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Knaesel) - Esta Presidência defere o pedido do Deputado Nilson Gonçalves.

O Sr. Deputado João Rosa - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Knaesel) - Com a palavra, pela ordem, o Deputado João Rosa.

O SR. DEPUTADO JOÃO ROSA -

Também gostaria de poder assinar esse requerimento, uma vez que a intenção é a mesma.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Knaesel) - Esta Presidência defere.

O Sr. Deputado Francisco de Assis - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Knaesel) - Com a palavra, pela ordem, o Deputado Francisco de Assis.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO DE ASSIS - Sr. Presidente, também, da mesma forma, gostaria de fazer a solicitação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Knaesel) - Então, subscreverá toda a Bancada joinvilense com assento nesta Casa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Joares Ponticelli, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao Chefe do 16º Distrito Rodoviário Federal/DNER, de Santa Catarina, peticionando providências cabíveis para a viabilização do projeto técnico e construção de um trevo rotulado no acesso principal ao Município de Capivari de Baixo, no km 329 da BR-101.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Romildo Titon, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao Presidente da Telesc, solicitando a instalação de uma central telefônica no Município de Zortéa.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento de autoria da Sra. Deputada Ideli Salvatti, que solicita o envio de mensagem telegráfica à Secretária da Educação e do Desporto e ao Governador do Estado, solicitando urgência nas negociações das dívidas da Secretaria de Estado da Educação e do Desporto com a Congregação das Irmãs Franciscanas Missionárias de Maria Auxiliadora.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Indicação de autoria do Sr. Deputado Heitor Sché, a ser enviada ao Governador do Estado de Santa Catarina, sugerindo que os funcionários concursados de outros órgãos públicos extintos e lotados na Segurança Pública sejam enquadrados nas menores carreiras policiais.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Indicação de autoria do Sr. Deputado Nelson Goetten, a ser enviada ao Secretário dos Transportes e Obras, que solicita a imediata recuperação e conservação da rodovia SC-302, no trecho Rio do Oeste a Taió,

que encontra-se interrompido na localidade da Barra da Eva.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Indicação de autoria do Sr. Deputado Nelson Goetten, a ser enviada à Secretária de Estado da Educação e Desporto, sugerindo a criação do Programa Magister, área pedagógica, para o atendimento aos professores de Taibó.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Indicação de autoria do Sr. Deputado Luiz Herbst, a ser enviada Secretário dos Transportes e Obras, solicitando estudos e verbas que permitam o asfaltamento na SC-478 do trecho Timbó Grande/BR-116.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Indicação de autoria do Deputado Rogério Mendonça, a ser enviada ao Secretário da Saúde, solicitando providências imediatas para a solução da crise que atravessa o Hospital Regional do Alto Vale.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Indicação de autoria do Deputado Francisco de Assis, a ser enviada ao Secretário dos Transportes e Obras, solicitando o asfaltamento da rodovia estadual SC-437, entre os Municípios de Laguna e Imaruí.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada por unanimidade.

Indicação de autoria do Deputado Luiz Herbst, a ser enviada ao Secretário dos Transportes e Obras, solicitando que seja verificada a possibilidade de providenciar recursos objetivando a pavimentação asfáltica da SC-302, trecho Caçador-Porto União.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada por unanimidade.

Pedido de informação de autoria do Deputado Romildo Titon, a ser enviado ao Governador do Estado, solicitando esclarecimentos sobre o Programa Habitar Brasil 98, em Santa Catarina.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado por unanimidade.

Não há mais matéria na Ordem do Dia.

Antes de entrarmos no horário de Explicação Pessoal, esta Presidência comunica aos Srs. Deputados e a todos os catarinenses que assistem à nossa sessão que na manhã de hoje foram eleitos os novos Presidentes das Comissões Técnicas, bem como os seus Vice-Presidentes. Portanto, agora a Casa está em condições de dar tramitação legal às matérias que aqui aportaram.

Parabenizamos todos os Srs. Líderes, todos os novos Presidentes e esperamos que o trabalho possa ser profícuo e realizador em prol dos catarinenses.

Passaremos à Explicação Pessoal.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, Deputado Ronaldo Benedet, por trinta minutos.

O SR. DEPUTADO RONALDO BENEDET - Sr. Presidente, Srs. Deputados, em primeiro lugar gostaria de agradecer pela confiança que os Partidos desta Casa, em um entendimento, confiaram à minha pessoa a Presidência da Comissão de Direitos Humanos e Defesa do Consumidor.

Quero dizer a todos os Deputados desta Casa que a Comissão está aberta, à disposição, para que encaminhem a defesa do consumidor catarinense, a defesa dos direitos humanos neste Estado, para que cada vez mais possamos, este Poder Legislativo, o Sr. Presidente e os Srs. Deputados, estar, através de todas as Comissões - da nossa em especial, no nosso caso, que nós presidimos -, à disposição da sociedade catarinense, para que este Parlamento sirva de eco para os clamores, os sentimentos e os sofrimentos da sociedade catarinense.

Queremos colocar, nessa mesma linha de raciocínio do fortalecimento do Parlamento catarinense, a preocupação nossa ao analisarmos a Constituição do Estado de Santa Catarina e o Regimento Interno desta Casa, quando dizem que este Poder tem poder para convocar apenas Secretários de Estado aqui, nesta Assembléia ou nas Comissões, o que torna limitado o nosso trabalho como Parlamentar.

A nossa função maior é fiscalizar e cobrar o bom andamento dos trabalhos das autoridades constituídas deste Estado. E o Poder Legislativo tem a função de fiscalizar, de acompanhar e de cobrar os trabalhos desenvolvidos pelas mais diversas autoridades. E eu creio que tenha sido uma falha do Poder Constituinte colocar no art. 41 da Constituição do Estado apenas a possibilidade de se convocar o Secretário de Estado.

Portanto, para que o Parlamento, para que esses Deputados possam efetivamente questionar autoridades constituídas, vamos apresentar uma emenda constitucional. Inclusive, gostaríamos desde já de pedir o apoio dos Deputados de todas as Bancadas, uma vez que é fundamental que este Poder tenha a força de poder convocar autoridades constituídas neste Estado, e com jurisdição neste Estado, para que venham aqui

sentir a pressão e a preocupação do Poder Legislativo com os sofrimentos, com os problemas que afligem o povo de Santa Catarina.

Por isso, pedimos desde já o apoio dos Parlamentares de todas as Bancadas para que subscrevam esse nosso pedido de emenda constitucional, que visa alterar o art. 41 da Constituição do Estado de Santa Catarina.

Essa emenda constitucional vai permitir que esta Casa tenha mais força para poder fiscalizar os trabalhos, não só podendo convocar Secretários de Estado como também os seus subordinados, os Procuradores de Estado, os presidentes das empresas, os presidentes do sistema financeiro do Estado de Santa Catarina, para que esta Assembléia tenha a força de fiscal, de controlador, para que as outras autoridades também se sintam controladas e fiscalizadas pelo Poder legítimo de fiscalizar e de controlar em Santa Catarina, que é a Assembléia Legislativa.

Essa é a nossa preocupação, a preocupação de um Parlamentar que quer ver o Poder Legislativo fortalecido e respeitado pela população catarinense.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Knaesel) - Com a palavra o próximo orador inscrito, Deputado João Rosa, por até trinta minutos.

O SR. DEPUTADO JOÃO ROSA - Sr. Presidente, Sra. e Srs. Deputados, eu venho à tribuna para praticamente reiterar o que disse hoje pela manhã, quando da minha eleição por unanimidade para presidir a Comissão de Finanças desta Casa.

Naquele momento agradei pela confiança que os membros da Comissão depositaram em meu nome. Enalteci o clima de harmonia na sessão que definiu a Presidência e a Vice-Presidência da Comissão.

Tenho a honra e a satisfação de ter como Vice-Presidente o experiente Deputado Ivo Konell. Inclusive, gostaria de também registrar que por unanimidade o Presidente foi eleito. Achei um gesto nobre de todas as Lideranças, de todos os Partidos que compõem este Legislativo, oferecer-me a possibilidade de ser o Presidente dessa Comissão.

Sem barganha, sem imposição e, sim, de uma forma essencialmente democrática e gentil, quando da formação da Mesa Diretora desta Casa, nós do PSDB, para que houvesse o entendimento, abrimos mão de todas as vagas que foram aventadas, desde a primeira Vice-Presidência até a Quarta Secretária, e no momento que havia a necessidade de alguém ceder para que houvesse a composição harmônica, o PSDB cedeu.

O Deputado Jorginho Mello e o Deputado João Rosa contribuíram para que a composição da Mesa fosse feita em harmonia. E assim todas as Lideranças, todos os Partidos ofereceram essa deferência ao PSDB e a esse Deputado.

Por isso, quero agradecer a todos, quero cumprimentar a todos e quero dizer que a forma de como o processo foi conduzido me dá mais responsabilidade, pois foi um voto de confiança de todos os Parlamentares desta Casa, de todas as Lideranças, de todos os Partidos.

Portanto, além do compromisso natural que um Presidente de uma Comissão desta envergadura tem, eu tenho o compromisso moral de reconhecer a deferência a que me referi. Assim sendo, farei eu, e com certeza todos os integrantes da Comissão, tudo o que for possível, tudo o que

for legal, tudo o que for plausível para fazer da Comissão uma Comissão séria, responsável e que atenda aos anseios, às expectativas, às necessidades do povo catarinense.

Portanto, Sr. Presidente e Srs. Deputados, contem sempre com a nossa lealdade, com a nossa responsabilidade, com a nossa seriedade na Presidência dessa Comissão. Quero agradecer ao meu Líder, Deputado Jorginho Mello, que apoiou o nosso nome para ser guindado à condição de Presidente.

O Sr. Deputado Jorginho Mello - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JOÃO ROSA - Quero ter a honra de ouvir V.Exa.

O Sr. Deputado Jorginho Mello - Quero cumprimentar V.Exa. e dizer da minha alegria de poder ter colaborado para que V.Exa. fosse Presidente da Comissão de Finanças, uma Comissão importantíssima nesta Casa, como são todas, mas ela tem uma marca importante, e o nosso Presidente sabe muito bem, eis que no ano passado percorreu o Estado de Santa Catarina, todas as microrregiões, discutindo com lideranças e com autoridades locais o que se fazer com os recursos de Santa Catarina.

Isso é importante. Esse projeto do Orçamento Regionalizado é uma marca que ficou da Comissão de Finanças, e eu não tenho dúvida de que V.Exa vai - com competência, com sabedoria, com essa forma serena que V.Exa. tem, na companhia do Deputado Ivo Konell e dos outros Companheiros que já têm experiência, que já passaram por aqui no ano passado - fazer com que os recursos de Santa Catarina sejam bem aplicados.

Portanto, que a Assembléia, com a Comissão de Finanças, não seja só uma Casa de homologação do Poder Executivo, mas que a Assembléia, os Deputados, divida os recursos, que não são muitos e, por isso, precisam ser bem aproveitados.

Eu, como Líder do PSDB, como Companheiro de V.Exa., Companheiro nesta Casa, quero desejar sucesso, na certeza de que o PSDB está bem representado nessa Comissão tão importante.

O SR. DEPUTADO JOÃO ROSA - Eu agradeço, Deputado Jorginho Mello, e quero dizer que o seu sentimento é o nosso sentimento.

Os trabalhos relativos ao Orçamento Regionalizado serão levados a todos os recantos de Santa Catarina, para que se discuta com todas as comunidades as suas necessidades e para que na distribuição do Orçamento seja feita justiça, desde o mais importante determinado segmento, em determinado tipo de atividade, até ao

Município mais longínquo, o menor, que é tão importante quanto o maior e deve ser atendido na questão da distribuição do Orçamento.

Eu quero de público assumir esse compromisso com Santa Catarina, em meu nome e em nome de todos os membros da Comissão de Finanças.

Dito isso, quero cumprimentar todos os Deputados que assumiram espontaneamente o compromisso de votar em meu nome no dia de hoje, que sem a necessidade da lembrança, da imposição, da cobrança, foram lá, de forma espontânea e cumpriram o compromisso, cumpriram a promessa. Cumpriram não o acordo mas, sim, a palavra empenhada.

É assim que gosto de fazer política, pois compromisso assumido tem que ser cumprido. E assim fazendo, realizando, estaremos estabelecendo um novo perfil político-brasileiro, tirando, expurgando das lides políticas aquele político tradicional, aquele perfil já antiquado e ultrapassado que todos nós condenamos, que é aquele político que promete e não cumpre, que assume compromisso já predisposto a não cumpri-lo e sabendo que não poderá cumpri-lo.

Isso que aconteceu hoje foi uma demonstração de que temos políticos da melhor qualidade nesta Casa de Leis catarinense, porque o compromisso foi assumido e foi cumprido na sua íntegra, sem a necessidade deste Deputado, em momento algum, fazer lembrança ou referência àquela deferência oferecida quando da composição da Mesa Diretora.

Dito isso, Sr. Presidente, agradeço mais uma vez a todos e coloco-me à disposição de todos os Deputados, dos membros da Mesa Diretora, do Sr. Presidente e do povo catarinense para juntos transformar Santa Catarina num Estado melhor.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Manoel Mota - Peço a palavra, pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Knaesel) - Com a palavra, pela ordem, o Sr. Deputado Manoel Mota.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Sr. Presidente, em razão de hoje ter sido um dia bastante cansativo na formação, na instalação das Comissões Técnicas da Casa, eu quero marcar para amanhã, depois da sessão, a instalação da Comissão

Parlamentar Externa que irá tratar da questão da BR-101.

Eu queria estar lá, ontem, mas não teve *quorum*, em razão da reunião com V.Exa., para tratar das Comissões. Por esta razão, então, estamos transferindo para o dia de amanhã.

Quero dizer com muita honra que na tarde de hoje várias Lideranças nos visitaram, como os Vereadores de Sombrio, que prestigiaram o Parlamento de Santa Catarina.

Hoje, Sr. Presidente, foi um dia bastante importante e memorável, porque o consenso que houve para eleger V.Exa. foi o mesmo para eleger os membros das Comissões.

Por isso, temos certeza de que o trabalho vai ser muito forte em defesa do povo de Santa Catarina, porque esse é o papel dos Parlamentares e é com esse espírito que queremos cumprir a nossa missão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Knaesel) - Ficam, portanto, convocados todos os membros da Comissão Especial Externa para uma reunião, amanhã, após a sessão plenária.

Esta Presidência também quer registrar e cumprimentar o Sr. Deputado Ronaldo Benedet, pelo seu aniversário no dia de hoje, desejando-lhe felicidades.

Queremos dizer, em relação ao pronunciamento do Sr. Deputado João Rosa, que destacou o acordo que acabou culminando com a eleição dos demais membros da Mesa Diretora, inclusive com a sua retirada do processo, que havíamos assumido o compromisso de conceder a Presidência da Comissão de Finanças a S.Exa., o qual hoje foi totalmente honrado por todos os Partidos. Isso demonstra mais uma vez que os acordos nesta Casa, quando são firmados, são cumpridos.

Continua livre a palavra a todos os Srs. Deputados em Explicação Pessoal.

(Pausa)

Não havendo mais quem queira fazer uso da palavra, antes de encerrar a presente sessão, a Presidência deseja comunicar a pauta do dia de amanhã: Requerimentos nºs 59, 60, 61 e 62 de autoria do Sr. Deputado Manoel Mota; Requerimento nº 64 de autoria da Sra. Deputada Ideli Salvatti; e Pedido de Informação de autoria do Sr. Deputado Ivan Ranzolin.

Esta Presidência encerra a presente sessão convocando outra, ordinária, para amanhã, à hora regimental, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a sessão.

ATOS DA MESA DIRETORA

RESOLUÇÕES

RESOLUÇÃO Nº 513/99

Fixa o limite máximo da remuneração dos servidores do Poder Legislativo.

A Mesa da Assembléia Legislativa, no uso de suas atribuições, tendo presente o que dispõe o artigo 23, II, da Constituição do Estado, observado o disposto na Emenda Constitucional nº 19, de 1998,

RESOLVE:

Art. 1º. Até que seja editada a lei que fixa o subsídio mensal dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, a remuneração mensal dos servidores da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina terá como limite máximo os valores percebidos como remuneração, no mesmo

período, em espécie, a qualquer título, por Deputado Estadual.

Art. 2º. Ficam excluídos do limite máximo fixado no artigo anterior, o adicional por tempo de serviço, o adicional de férias, a gratificação natalina e o salário-família.

Art. 3º. O disposto nesta Resolução aplica-se aos servidores inativos da Assembléia Legislativa.

Art. 4º. Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Palácio Barriga-Verde, 16 de março de 1999.

Deputado Gilmar Knaesel - Presidente

Deputado Lício Silveira - Secretário

Deputado Romildo Titon - Secretário

*** X X X ***

RESOLUÇÃO Nº 514/99

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

Art. 1º - EXCLUIR o Senhor Deputado Heitor Sché, da Resolução nº 306, de 23/02/99, que constituiu a Comissão Operacional Administrativa.

Art. 2º - INCLUIR o Senhor Deputado Gilmar Knaesel, na supracitada Resolução.

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Barriga-Verde, em 16/03/99

Deputado Gilmar Knaesel - Presidente

Deputado Lício Silveira - Secretário

Deputado Adelor Vieira - Secretário

*** X X X ***

RESOLUÇÃO Nº 515/99

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições,

RESOLVE: de acordo com os artigos 9º e 11º, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, c/c a Resolução DP nº 072/95,

NOMEAR **SERGIO LUIZ BOAROLI**, para exercer, em comissão, o cargo de Assistente Parlamentar, código PL/DCA-2, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 04/03/99 (Deputado Altair Guidi).

Palácio Barriga-Verde, em 16/03/99

Deputado Gilmar Knaesel - Presidente

Deputado Lício Silveira - Secretário

Deputado Romildo Titon - Secretário

*** X X X ***

RESOLUÇÃO Nº 516/99

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições,

RESOLVE: de acordo com os artigos 9º e 11º, da Lei nº 6.745, de 28/12/85,

NOMEAR **WALMIR DE OLIVEIRA MATOS**, para exercer, em comissão, o cargo de Chefe de Apoio Parlamentar, código PL/DCA-2, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 01/03/99 (Liderança do PPB).

Palácio Barriga-Verde, em 16/03/99

Deputado Gilmar Knaesel - Presidente

Deputado Lício Silveira - Secretário

Deputado Adelor Vieira - Secretário

*** X X X ***

RESOLUÇÃO Nº 517/99

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições,

RESOLVE: de acordo com os artigos 9º e 11º, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, c/c a Resolução DP nº 072/95,

NOMEAR **TATIANE OTZ RIBEIRO**, para exercer, em comissão, o cargo de Assistente Parlamentar, código PL/DCA-2, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 01/03/99 (Deputado Ivo Konell).

Palácio Barriga-Verde, em 16/03/99

Deputado Gilmar Knaesel - Presidente

Deputado Lício Silveira - Secretário

Deputado Adelor Vieira - Secretário

*** X X X ***

RESOLUÇÃO Nº 518/99

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

DISPENSAR **OSVINO KOCH**, matrícula nº 0420, da função de Chefe da Seção Médico Assistencial, código PL/CAI, do Grupo de Assistência Intermediária, a partir de 01/03/99 (Divisão de Saúde e Assistência).

Palácio Barriga-Verde, em 16/03/99

Deputado Gilmar Knaesel - Presidente

Deputado Lício Silveira - Secretário

Deputado Adelor Vieira - Secretário

*** X X X ***

RESOLUÇÃO Nº 519/99

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições,

RESOLVE: com fulcro na Resolução nº 1394, de 06/10/92,

DESIGNAR FÁBIO FIGUEIREDO RIBEIRO, matrícula nº 1150, para exercer a função de Chefe da Seção Médico Assistencial, código PL/CAI, do Grupo de Chefia e Assistência Intermediária, atribuindo-lhe o percentual de 40% (quarenta por cento) de gratificação, a partir de 01/03/99 (Divisão de Saúde e Assistência).

Palácio Barriga-Verde, em 16/03/99

Deputado Gilmar Knaesel - Presidente

Deputado Lício Silveira - Secretário

Deputado Adelor Vieira - Secretário

*** X X X ***

RESOLUÇÃO Nº 520/99

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

REVOGAR a Resolução nº 1328, de 26/10/94, que incluiu **ERADIO MANOEL GONÇALVES**, matrícula nº 0929, na Resolução nº 1823/91, atribuindo Gratificação Especial, pelo desempenho de atividade em Plenário, a partir de 01/03/99 (Departamento Parlamentar).

Palácio Barriga-Verde, em 16/03/99

Deputado Gilmar Knaesel - Presidente

Deputado Lício Silveira - Secretário

Deputado Adelor Vieira - Secretário

*** X X X ***

RESOLUÇÃO Nº 521/99

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

REVOGAR a Resolução nº 1450, de 04/11/97, que concedeu Gratificação de Atividade Administrativa e Financeira, a **EDER DE QUADRA SALGADO**, matrícula nº 1265, a partir de 01/03/99 (Divisão de Recursos Humanos).

Palácio Barriga-Verde, em 16/03/99

Deputado Gilmar Knaesel - Presidente

Deputado Lício Silveira - Secretário

Deputado Adelor Vieira - Secretário

*** X X X ***

RESOLUÇÃO Nº 522/99

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

REVOGAR a Resolução nº 0542, de 06/08/98, que concedeu Gratificação de Atividade Especial, a **PAULO RICARDO GWOSZDZ**, matrícula nº 2192, no percentual de 40% (quarenta por cento), a partir de 01/03/99 (Comissão de Fiscalização, Controle e Eficácia Legislativa).

Palácio Barriga-Verde, em 16/03/99

Deputado Gilmar Knaesel - Presidente

Deputado Lício Silveira - Secretário

Deputado Adelor Vieira - Secretário

*** X X X ***

RESOLUÇÃO Nº 523/99

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

REVOGAR a Resolução nº 063, de 04/02/98, que concedeu Gratificação de Atividade Administrativa e Financeira, a **MIRIAM A. DE ATHAIDE F. KRIEGER**, matrícula nº 1363, a partir de 01/03/99 (Coordenadoria de Licitações).

Palácio Barriga-Verde, em 16/03/99

Deputado Gilmar Knaesel - Presidente

Deputado Lício Silveira - Secretário

Deputado Adelor Vieira - Secretário

*** X X X ***

RESOLUÇÃO Nº 524/99

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

REVOGAR a Resolução nº 0686, de 05/05/97, que concedeu Gratificação de Atividade Especial, a **JOSÉ AGRICIO GONÇALVES**, matrícula nº 1564, no percentual de 40% (quarenta por cento), a partir de 17/03/99 (Comissão de Saúde e Meio Ambiente).

Palácio Barriga-Verde, em 16/03/99

Deputado Gilmar Knaesel - Presidente

Deputado Lício Silveira - Secretário

Deputado Adelor Vieira - Secretário

*** X X X ***

RESOLUÇÃO Nº 525/99

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições,

RESOLVE: *de conformidade com o Termo de Convênio entre os Poderes Legislativo e Executivo, visando a cedência recíproca de servidores,*

COLOCAR À DISPOSIÇÃO da Companhia Catarinense de Águas e Saneamento - CASAN, **PEDRO MACHADO FILHO**, matrícula nº 1320, ocupante do cargo de Assistente Legislativo, código PL/ATM/8-E, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, com ônus para este Poder, a partir de 01/03/99.

Palácio Barriga-Verde, em 16/03/99

Deputado Gilmar Knaesel - Presidente

Deputado Lício Silveira - Secretário

Deputado Adelor Vieira - Secretário

*** X X X ***

PUBLICAÇÕES DIVERSAS

ATA DA PROCURADORIA

PROCURADORIA

Harry Egon Krieger - Procurador-Geral

Maria Aparecida Tridapalli Archer, Secretária

ATA DA 1292ª SESSÃO ORDINÁRIA

Aos dez (10) dias do mês de março de mil novecentos e noventa e nove (1999), às quatorze (14) horas, sob a Presidência do Procurador Chefe, Dr. Harry Egon Krieger, reuniu-se o Colegiado da Procuradoria da Assembléia Legislativa, para deliberar sobre os assuntos constantes da 1292ª sessão ordinária, com a presença dos Procuradores Paulo Rocha Faria, Sérgio Carriço de Oliveira, Anselmo Inácio Klein, Maria Margarida B. Ramos e José Carlos da Silveira. Havendo número legal, o Senhor Presidente colocou em votação a ata da sessão anterior, a qual foi aprovada com as retificações propostas pelo Procurador Chefe e Procurador Sérgio Carriço de Oliveira, transcrita a fls. 94 e 95 do livro de atas, e em seguida deu conhecimento dos termos da Resolução 393/99 de 05/3/99, da Mesa da Assembléia Legislativa, designando-o para a função de Chefe do Colegiado da Procuradoria Jurídica deste Poder, a partir 05/3/99. Comunicou ainda, o falecimento da irmã do Procurador Michel Curi, Sra. Maria de Lourdes Curi, transmitindo condolências em nome do Colegiado e funcionários, através mensagem telegráfica. Pedindo a palavra pela ordem, o Procurador Sérgio C. de Oliveira cumprimentou o Procurador Harry E. Krieger, pela sua designação para Chefia do Colegiado da Procuradoria, parabenizando a Mesa Diretora pela escolha, enfatizando sua capacidade profissional, já conhecida de todos, resultando no coroamento de sua vida profissional de mais de 40 anos dedicados à Assembléia Legislativa, o que elevará e dignificará o Órgão. O Procurador Paulo R. Faria, disse que não contribuiu para a ascensão do Procurador Harry E. Krieger à Chefia desta Órgão. Frisou que os pontos de vista e opiniões divergentes, que possam existir não impedirão o respeito à direção dos trabalhos. Enalteceu a capacidade administrativa, profissional, e jurídica do novo Chefe, qualidades, que aplicadas no exercício da Presidência do Colegiado contribuirão significativamente para o bom desempenho das prerrogativas deste órgão técnico; finalizando desejou pleno êxito na sua missão. Também o Procurador José Carlos da Silveira fez suas palavras dos que o antecederam, complementando afirmando que, se por um lado houve uma compensação com a designação à Chefia, pela sua capacitação moral e intelectual, por outro houve uma descompensação, na medida que, o elenco de Procuradores relatores se vê desprovido de um de seus mais experientes e ilustres membros. A Procuradora Maria Margarida B. Ramos, parabenizou-se com o novo Procurador Chefe, desejando-lhe sucesso, dizendo-se à sua disposição para bem desempenhar esta função. O Procurador Anselmo I. Klein, disse que sempre o viu com bons olhos na Chefia do Colegiado, na certeza de que seu dinamismo e segurança muito contribuirão para elevar o conceito que a Procuradoria sempre teve e deverá ser recuperado. Agradecendo as manifestações, o Procurador Chefe disse que necessitava da colaboração de todos, Procuradores e funcionários,

para desenvolver um bom trabalho. Conclamou todos para convergirem ações e forças em prol do serviço público. Em seguida iniciaram-se os trabalhos da sessão propriamente dita, com a apreciação dos processos com pedidos de vista, que depois de amplamente discutidos, receberam o seguinte resultado: processo 1321/98 de Aldo da Silva Granjeiro, teve aprovado por unanimidade pelo deferimento, parecer do Relator Procurador Harry E. Krieger com adendo do Voto emitido pela Procuradora Maria Margarida B. Ramos; processo 1603/98 de Nelson Antônio Serpa, foi aprovado por unanimidade, deferindo o pedido, parecer da Relatora Procuradora Maria Margarida B. Ramos, acompanhado pelo Procurador Harry E. Krieger, que havia solicitado vista. O processo 1911/98 de Gicela de Aguiar Santana, Relator Procurador Sérgio C. de Oliveira e Vista Procuradora Maria Margarida B. Ramos, saiu da ordem dos trabalhos para complementação do parecer e voto. Tendo em vista a necessidade de ausentar-se para participar de Reunião com a Presidência da Casa, o Procurador Harry E. Krieger passou a direção dos trabalhos ao procurador Sérgio C. de Oliveira, que em seguida solicitou ao Procurador Paulo R. Faria, para relatar os processos constantes do seu módulo, a saber: 238/99 de Berenice C. Kuntze, 251/99 de Denise Silva Medeiros, 257/99 de Cleide Maria Winckler; após discussão e votação os pareceres, pelo deferimento, foram aprovados por unanimidade. Da pauta do Procurador Anselmo I. Klein, apreciados os processos 187/99 de Eudes José Mazzola, 268/99 de Luiz Henrique Belloni Faria, pareceres deferidos, e, as Consultas da Senhora Diretora do Departamento Parlamentar - Divisão de Expediente sobre "termos de convênio, aprovado por unanimidade, e do Diretor do Departamento Administrativo "benefício da Resolução 920/96", que saiu de pauta com pedido de vista da Procuradora Maria Margarida B. Ramos; continuando, o mesmo Relator, comunicou que encaminhou à Mesa Diretora, com despacho do Procurador Chefe, parecer ao "pedido de certidão da CREARE, Engenharia Elétrica Ltda.", portanto sem a manifestação do Colegiado. Reassumindo os trabalhos, o Senhor Presidente passou a palavra à Procuradora Maria Margarida B. Ramos, que relatou os processos 1813/98 de Antenor Galvam, 243/99 de Lúcia de Fátima M.V.B. Maes e 247/99 de Maria Salete de B. Urbam, cujos pareceres foram aprovados por unanimidade, o primeiro pelo indeferimento e os demais, deferimento dos pedidos. O Procurador José C. da Silveira, deu conhecimento dos pareceres exarados aos processos 231 e 249/99 de João Cândido de Espindola e Luiz Otávio Neves, respectivamente, sendo os mesmos deferidos à unanimidade do Colegiado. Solicitando ao Procurador Sérgio C. de Oliveira que assumisse a Presidência, o Procurador Harry E. Krieger relatou parecer ao processo 245/99 de Margareth Balsini Genovez, que pelo deferimento foi aprovado por unanimidade, e, em seguida, agradecendo a presença de todos, confirmou a realização das sessões do Colegiado para as quartas-feiras. Nada mais havendo a tratar, convocou a próxima para o dia dezessete (17), do corrente, à mesma hora e local. Eu, Maria Aparecida Tridapalli Archer, Secretária, lavrei a presente ata, que depois de lida e aprovada, vai assinada pelos Procuradores presentes. Sala das Sessões, em 10 de março de 1999.

*** X X X ***

EXTRATO**EXTRATO Nº 023/99**

REFERENTE: 1º Termo Aditamento ao Contrato nº 04/99
 CONTRATANTE: Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina.
 CONTRATADA: Posto Ipiranga Ltda.
 OBJETO: Com fundamento legal no art. 65 da Lei nº 8.666/93 e nas disposições contidas no item 3 da Cláusula Terceira do contrato original c/c com o item 7.2 do Edital de Tomada de Preços nº 002/98-00, as partes repactuam o preço do litro de gasolina comum, que passa a ser de R\$ 0,90 (noventa centavos de real), nos fornecimentos efetuados a partir do dia 01 de fevereiro de 1999, passando o valor mensal do contrato a ser de até R\$ 7.200,00 (sete mil e duzentos reais).

Signatários:

Deputado Gilmar Knaesel - Presidente

Alexandre Carioni - Diretor

Florianópolis, 12 de março de 1999.

*** X X X ***

MENSAGEM GOVERNAMENTAL**GABINETE DO GOVERNADOR****MENSAGEM Nº 033/99**

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE, SENHORAS E SENHORES DEPUTADOS DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO

Em estrita observância às determinações contidas nos artigos 40, inciso IV, alínea "c", e 70 da Constituição Estadual, solicito a essa Augusta Casa Legislativa a necessária licença para que o senhor Vice-Governador do Estado possa ausentar-se do País no período compreendido entre os dias 21 e 30 de março do corrente ano, com destino aos Estados Unidos da América, para tratar de assuntos de extrema relevância para o incremento de investimentos em nosso Estado, oriundos de diversos grupos econômicos americanos, conforme bem demonstra a Exposição de Motivos nº 009/GVG, do Vice-Governador do Estado, em anexo.

A oportunidade é própria para renovar aos nobres senhores Deputados meus cordiais cumprimentos e protestos de alta estima e distinta consideração.

Palácio Santa Catarina, 15 de março de 1999

ESPERIDIÃO AMIN HELOU FILHO

Governador do Estado

Lido no Expediente

Sessão de 15/03/99

GABINETE DO VICE-GOVERNADOR

Exposição de Motivos nº 009/GVG

Florianópolis, 8 de março de 1999

Excelentíssimo Senhor Governador

Solicito a especial autorização de Vossa Excelência para viagem que devo realizar aos Estados Unidos da América entre os dias 21 e 30 deste mês. Além de técnicos e dirigentes de fundações e empresas públicas, cujos nomes ainda submeterei à apreciação de Vossa Excelência, já está confirmada a participação do Secretário de Estado do Desenvolvimento Econômico e Integração ao Mercosul, Paulo Gouvêa da Costa, no roteiro previsto.

É nosso objetivo tratar, em Washington D.C., de assuntos relacionados à criação da Agência Catarinense de Controle e Regulação - SC/ARCO com técnicos do Banco Mundial, atendendo proposição daquela instituição, que inclusive se manifestou interessada em analisar a possibilidade de financiar programas de trabalho da Agência quando do início de suas atividades.

Também aproveitaremos o deslocamento àquele país para visitar grupos econômicos que manifestaram interesse em investir em nosso Estado, implantando aqui complexos termoelétricos a gás e igualmente a carvão mineral, bem como em empreendimentos industriais.

Além do contato com o Banco Mundial estamos agendando visita ao Banco Interamericano de Desenvolvimento, onde pretendemos discutir financiamento - denominado PRODETUR - destinado ao setor de turismo de Santa Catarina, já em discussão com os órgãos federais competentes e com os governos estaduais que integram o CODESUL.

Tendo em vista a relevância de que se reveste esta viagem para os interesses do Estado, reitero a solicitação e o seu encaminhamento à Assembléia Legislativa para a autorização constitucional.

Respeitosamente

PAULO BAUER

Vice-Governador do Estado

*** X X X ***

OFÍCIOS**OFÍCIO Nº 008/99****TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

Ofício nº 59/99/OE/TP

Florianópolis, 08 de março de 1999

Excelentíssimo Senhor

Dep. Gilmar Knaesel

DD. Presidente da Assembléia Legislativa de SC

Nesta - SC

Senhor Presidente,

Em cumprimento ao disposto no artigo 11, do Ato Regimental nº 60/90 deste Tribunal encaminho a Vossa Excelência, para os devidos fins, cópia do acórdão prolatado nos autos da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº **96.000174-3**, de Araranguá, em que é requerente o Representante do Ministério Público.

Valho-me da oportunidade para apresentar a Vossa Senhoria protestos de consideração e apreço.

Desembargador Alcides Aguiar

RELATOR

Lido no Expediente

Sessão de 15/03/99

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 009/99**SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA****GABINETE DO SECRETÁRIO**

Ofício SEF/GABS/Nº 338/99 Florianópolis, 10 de março de 1999

Ao Senhor

João de Oliveira Rosa

Presidente da Comissão de Finanças e Tributação

Assembléia Legislativa

NESTA

Senhor Deputado

Pelo presente encaminhamos a Vossa Senhoria os demonstrativos da dívida fundada interna e externa da administração direta e das garantias prestadas pelo governo do Estado à CASAN, posição em 31.12.1998 e 31.01.1999.

Atenciosamente,

Antônio Carlos Vieira

SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA

Lido no Expediente

Sessão de 16/03/99

*** X X X ***

PORTARIAS**PORTARIA Nº 192/99**

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

LOTAR **JOSÉ AGRÍCIO GONÇALVES**, matrícula nº 1564, na Comissão de Transportes, Desenvolvimento Urbano e Rural e Turismo.

Palácio Barriga Verde, em 16/03/99

NAZARILDO TANCREDO KNABBEN

Diretor

*** X X X ***

PORTARIA Nº 193/99

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

LOTAR **GRACI LIMA**, matrícula nº 0644, no Gabinete do Deputado Altair Guidi.

Palácio Barriga Verde, em 16/03/99

NAZARILDO TANCREDO KNABBEN

Diretor

*** X X X ***

PORTARIA Nº 194/99

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

LOTAR **MARIA HELENA FRAGOSO**, matrícula nº 2780, no Gabinete do Deputado Ronaldo Benedet.

Palácio Barriga Verde, em 16/03/99

NAZARILDO TANCREDO KNABBEN

Diretor

*** X X X ***

PORTARIA Nº 195/99

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

LOTAR **JORGE BLANK**, matrícula nº 2202, no Gabinete do Deputado Luiz Roberto Herbst.
Palácio Barriga Verde, em 16/03/99
NAZARILDO TANCREDO KNABEN
Diretor

*** X X X ***

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO, no uso de suas atribuições, e tendo em vista os termos do Art. 1º da Resolução nº 588/94, RESOLVE:

PORTARIA Nº 196/99 - CONCEDER LICENÇA, nos termos do artigo 62, item I e 63, parágrafo único, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, (Prorrogação - Tratamento de Saúde) a **ANTONIO CARLOS VIEIRA JUNIOR**, matrícula nº 1556, ocupante do cargo de Advogado, código PL/ATS-10-F, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, por 15 (quinze) dias, a partir de 10/03/99.

PORTARIA Nº 197/99 - CONCEDER LICENÇA, nos termos do artigo 62, item I, da Lei nº 6.745, de 28/12/85 (Tratamento de Saúde) a **VILMAR ROSA LOPES**, matrícula nº 1212, ocupante do cargo de Motorista, código PL/ATM-9-E, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, por 15 (quinze) dias, a partir de 08/03/99.

PORTARIA Nº 198/99 - CONCEDER LICENÇA, nos termos do artigo 62, item I, da Lei nº 6.745, de 28/12/85 (Tratamento de Saúde) a **MARIA ELIZABETH GONZAGA**, matrícula nº 1338, ocupante do cargo de Datilógrafo, código PL/ATM-8-F, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, por 30 (trinta) dias, a partir de 11/03/99.
Palácio Barriga Verde, em 16/03/99

NAZARILDO TANCREDO KNABEN
Diretor

*** X X X ***

PROJETOS DE LEI**PROJETO DE LEI Nº 027/99**

Declara de Utilidade Pública a Associação de Moradores do Bairro São Pedro, AMBASP, com sede e foro no município de Guabiruba.

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública, a Associação de Moradores do Bairro São Pedro, com sede e foro na cidade de Guabiruba - SC.

Art. 2º - À entidade de que trata o artigo anterior, ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 10 de março de 1999.

DEPUTADO CIRO MARCIAL ROZA

Lido no Expediente

Sessão de 11/03/99

JUSTIFICATIVA

A Associação de moradores do Bairro São Pedro, AMBASP, com sede e foro no município de Guabiruba, é uma entidade que tem por finalidade trabalhar com serviços na área de assistência social, educacional, comunitária, voltadas principalmente às pessoas mais carentes do bairro.

Este forte caráter social e comunitário que empresta ao conjunto de suas atividades, é a premissa para a concessão do título de entidade de utilidade pública, para o que solicita a devida aprovação.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 028/99

Prevê a disponibilidade aos municípios dos prédios escolares ociosos, destinando-os ao desenvolvimento de projetos agrícolas.

Art. 1º Os estabelecimentos escolares da rede pública estadual, localizados na zona rural do Estado que encontram-se desocupados, serão disponibilizados aos municípios, de forma gratuita, pelo prazo de até 10 (dez) anos, prorrogável por igual período.

Parágrafo único. Os prédios a que se refere esta Lei destinam-se, sob a responsabilidade dos municípios, ao desenvolvimento de projetos vinculados à agricultura em nosso Estado.

Art. 2º O município poderá firmar convênio com entidades visando atingir a finalidade da cessão.

§ 1º A Secretaria da Agricultura do Município e a Secretaria de Estado ou órgão por ela indicado, fiscalizará o desenvolvimento das ações implantadas.

§ 2º O desvio de finalidade ou o descumprimento das disposições desta Lei resultarão na imediata retomada do imóvel.

Art. 3º As benfeitorias edificadas passam a integrar o patrimônio do Estado e em nome deverão ser averbadas no Registro de imóveis competente.

§ 1º Os custos com as eventuais benfeitorias exigidas para alcançar os objetivos da cessão, correrão por conta do município ou entidade conveniada.

§ 2º A conservação, zelo e segurança do imóvel disponibilizado, constituem obrigação permanente do município

Art. 4º O Estado será representado no ato de cessão pelo titular da Secretaria de Estado da Administração ou por quem estiver legalmente constituído.

Art. 5º O Poder Executivo regulamentará a presente Lei a partir de 90 (noventa) dias de sua publicação.

Art. 6º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões,

Deputado Gelson Sorgato

Lido no Expediente

Sessão de 16/03/99

JUSTIFICATIVA

A proposição que ora submetemos à apreciação desta Casa, visa otimizar o uso de prédios públicos que, dadas as circunstâncias, encontram-se ociosos.

É o caso dos estabelecimento de ensino localizados nas zonas rurais onde funcionam as Escolas Isoladas da rede estadual. Com a crescente busca da complementação do ensino fundamental obrigatório, a clientela de 5º a 8º séries aumentou e, via de consequência, desloca-se à sede do município para buscar esse curso já que em sua localidade é oferecida apenas a etapa de 1º a 4º séries. Esse deslocamento em muitos casos, é praticado pela Prefeitura Municipal, de forma gratuita, correspondendo assim, àquele anseio de seus munícipes.

Com efeito, dada essa "nucleação" as escolas localizadas no interior ficam desocupadas, razão pela qual estamos propondo a sua disponibilização aos municípios com vistas ao desenvolvimento de projetos vinculados à agricultura.

O texto de lei prevê a hipótese de transferência de uso destes espaços físicos à entidades mediante a celebração de convênios, estabelece responsabilidade quanto ao zelo e conservação dos referidos prédios, a edificação de benfeitorias, além de estipular o prazo e a gratuidade da cessão.

Portanto, a iniciativa reveste-se de legitimidade e sua execução vem ao encontro das necessidades do nosso trabalhador rural que, inobstante sua incansável jornada, está sempre receptivo à aprendizagem de novas técnicas e alternativas de produção.

Peço a acolhida da matéria.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 029/99

Declara de Utilidade Pública Estadual o DESAFIO JOVEM MONTE DAS OLIVEIRAS, do município de Gaspar.

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública o DESAFIO JOVEM MONTE DAS OLIVEIRAS com sede e foro na cidade GASPARGAR.

Art. 2º - À entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 11 de março de 1999.

DEPUTADO ADELOR VIEIRA

4º Secretário

Lido no Expediente

Sessão de 16/03/99

JUSTIFICATIVA

O Desafio Jovem Monte das Oliveiras, fundado em 24 de novembro de 1997, com sede na cidade de Gaspar, sito a Rua Antonio Bernardi, s/n - Bairro Bateas, na cidade de Gaspar, é uma entidade civil sem fins lucrativos.

O Desafio Jovem Monte das Oliveiras, é uma entidade que tem por objetivo prevenir e recuperar viciados em drogas; promover assistência as pessoas carentes; além de atividades do interesse do bairro.

*** X X X ***